

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
THIAGO DE CARVALHO MIRANDA

40 ANOS DO CAMPEONATO BRASILEIRO OU TORNEIO RIO – SÃO PAULO

CURITIBA

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO DE CARVALHO MIRANDA

40 ANOS DO CAMPEONATO BRASILEIRO OU TORNEIO RIO – SÃO PAULO

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de História – Licenciatura e Bacharelado, do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro

**CURITIBA
2012**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por todo apoio e suporte. Aos meus pais, Francisco e Diva, os principais responsáveis e impulsionadores das minhas conquistas, sempre aturando os momentos difíceis ao longo da minha caminhada. Ao meu irmão e minha cunhada, Ricardo e Ana, pela força e brincadeiras para aliviar o nervosismo da faculdade.

A todos os amigos, principalmente a Fernanda Ribeiro Haag, que me aguentou em vários momentos; a ela, só resta um comentário: você é uma irmã!

A Ruanita, por dividir momentos de tensão. Ao Cauê por me estimular a continuar estudando futebol. A Jéssica Bueno, que em vários noites me acompanhou no processo de desenvolvimento deste trabalho. A todos os companheiros de Parceria e da santa cervejinha – porque sem ela, não haveria possibilidade para relaxar. Aos amigos de ogrobol e da vida.

Enfim, seria impossível agradecer a todos os meus amigos somente neste espaço, mas quero, de coração, agradecê-los por todo e qualquer apoio.

Aos professores Ribeiro e Joseli pela imensa compreensão em um momento tão duro na minha vida.

Por fim, a minha linda e pequena sobrinha, Alice, que em tão pouco tempo que esteve entre nós conseguiu unir nossa família ainda mais. Sei que de onde estiver estará nos acompanhando.

*“ali
só
ali
se*

*se alice
ali se visse
quanto alice viu
e não disse*

*se ali
ali se dissesse
quanta palavra
veio e não desce*

*ali
bem ali
dentro da alice
só alice
com alice
ali se parece”
(Paulo Leminski)*

RESUMO

O futebol brasileiro é composto por diversas dicotomias estruturais. O maior e mais importante campeonato, o Campeonato Brasileiro, vive em crise desde seu surgimento, em 1971. Ele foi utilizado de diversas maneiras, tanto pelo Estado quanto por empresas e pela TV, que também se configura como um empresa. Neste sentido, a pesquisa se fundamenta na análise dos discursos do jornalismo esportivo sobre a organização e estruturação desta competição, bem como a conquista do título pelos times paranaenses. O trabalho foi objetivado pelo fato de que historicamente dois estados brasileiros possuem hegemonia dentro desse campeonato: Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, os mais importantes clubes vivem com déficit financeiro e com problemas organizacionais, e em alguns casos surgem rebeliões de clubes lutando por maior competitividade e racionalização da organização do campeonato. Na tentativa de compreender o porquê dessa hegemonia e a influência que a TV, cada dia mais importante na renda dos clubes, estabelece dentre desse campo esportivo se faz necessário avaliar a distribuição de cotas televisivas. Desta forma, a pesquisa elucidou, que o campo futebolístico brasileiro se estrutura através da correlação e forças dos agentes envolvidos e na tentativa de manter a hegemonia através de uma lógica de mercado, gerada pela sociedade industrial e que impulsiona todas as esferas de nossas vidas.

Palavras-chaves: *futebol; hegemonia; competitividade*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
-----------------	---

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO E CONCEITUALIZAÇÃO: *Histórico do Futebol Brasileiro e o desenvolvimento da cultura de massa no Brasil.*

1.1 Futebol, cultura de massa e esfera esportiva.....	12
1.2 Histórico e consolidação do futebol no Brasil.....	16
1.3 A rivalidade Rio-São Paulo.....	20
1.4 O Torneio Rio – São Paulo e a profissionalização.....	22
1.5 Eis que surge o rádio.....	24
1.6 Robertão: A tentativa de um primeiro campeonato Nacional.....	26
1.7 Campeonato nacional e o dilema brasileiro.....	30

CAPÍTULO II – TENSÕES E CONSTITUIÇÃO DO CAMPEONATO NACIONAL: *40 anos do Campeonato Brasileiro de Futebol e sua abrangência como campeonato nacional: participação da mídia e do Estado.*

2.1 O Campeonato Nacional e o governo militar.....	34
2.2 A Criação da CBF.....	40
2.3 O Clube dos 13.....	46
2.4 Abertura política e autonomia.....	49
2.5 Mesmo com autonomia a dificuldade continua.....	50
2.6 A Globalização afeta o futebol brasileiro.....	52

CAPÍTULO III – HEGEMONIA QUE CAUSA DESIGUALDADE: *O viés financeiro e as desigualdades causadas pelas relações entre mídia e futebol.*

3.1 Hegemonia que expressa desigualdade.....	54
3.2 A mídia e a cobertura dos títulos dos clubes do Paraná.....	56

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
---------------------------	----

FONTES.....	66
-------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
---------------------------------	----

INTRODUÇÃO

O Campeonato Brasileiro de futebol no ano de 2011 completou 40 anos de existência. Neste período, muitas questões envolvendo sua organização e estruturação foram motivo de discussão por parte da imprensa esportiva e repercutiram em território nacional envolvendo milhares de pessoas, desde indivíduos comuns até burocratas e políticos. Usando este recorte de 40 anos, o presente trabalho busca analisar e compreender como se deu as interferências do Estado e da televisão dentro da esfera esportiva e como se consolidou a hegemonia dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Diante de tal problemática, se faz necessário compreender os motivos de sua criação, bem como a rede de interesses que se formou ao seu redor. Entender o porquê e como se dá as rivalidades e o jogo de interesses presente neste campo¹, como também, o papel que o Estado brasileiro teve nesse processo, nos traz uma perspectiva da estrutura do futebol no Brasil e sua relação com o campo político e econômico.

Antes de desenvolver tal estudo, é importante destacar o contexto no qual o futebol brasileiro está inserido. Há uma estrutura vigente em que as partes envolvidas participam de um jogo de interesses para que consigam a sua dominação total ou parcial. Como Pierre Bourdieu aponta o conceito de *campo*. Ele compreende *campos* como “*espaços estruturados de postos, cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinada por eles)*”. Cada campo possui sua especificidade, eles possuem leis gerais invariáveis que se definem como funções variáveis secundárias. Contudo, o que se compreende de um campo pode ser utilizado para interpretar e questionar outros campos, devido às relações existentes entre eles.

Dentro deste campo encontram-se vários agentes – empresários, jogadores, dirigentes, clubes, Estado, mídia, federações, etc. – e a correlação de forças destes agentes que vai definir o produto final. Para tanto, o Campeonato Brasileiro, como esfera esportiva, deve ser estudado a partir desta lógica. Entretanto, isolar as consequências da estrutura atual deste Campeonato não dá resposta sobre os problemas levantados, para isto será necessário empreender, dentro destes 40 anos, um estudo aprofundando sobre a relação de certo fenômenos: *indústria cultural, esfera esportiva e Estado*.

Em relação à consolidação de uma *cultura de massa* no Brasil, ela se configura como um importante aspecto para estruturação e propagação do futebol. As transmissões

¹ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

radiofônicas e coberturas jornalísticas da mídia impressa no país contribuíram profundamente para que o futebol tivesse tamanha disseminação e adesão, principalmente nas décadas dos anos de 1930 e 1940, essa cobertura chegava à diversas regiões brasileiras, ajudando a consolidar o futebol paulista e carioca². O papel da televisão corresponde uma incorporação de uma estrutura já definida, mas que ampliava sua comercialização e forçava uma profissionalização em relação a cumprimento de datas e horários devido às exigências dos patrocinadores.

O primeiro campeonato que ultrapassou o nível estadual foi o Torneio Rio-São Paulo, fortalecendo ainda mais a competitividade e o futebol desses dois estados. A disciplinarização das ações sociais e o controle do espaço público estavam em pauta no mesmo momento em que o torneio ganhava fama e força. Esses elementos propiciaram ao primeiro governo de Getúlio Vargas constituir uma ideia de verdadeira identidade nacional, centralizada e unida; o esporte não fica de fora dos planos do Estado, que agora figura como principal agente da sociedade.

Foi obedecendo a essa lógica e o reconhecimento do futebol em território nacional que em 1933, Getúlio Vargas cria a profissão de jogador e institui o Torneio Rio-São Paulo, demonstrando claramente a intervenção do Estado na esfera esportiva. Em 1941 cria o Conselho Nacional de Desportos (CND) pelo decreto-lei n. 3.199, que tinha a pretensão de utilizar os esportes em benefício aos interesses políticos do governo. Vargas interveio diretamente na estruturação autônoma do futebol e modificou a correlação de forças entre os clubes filiados a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Em 1967, já no regime militar, criou-se um campeonato envolvendo clubes de cinco estado do Brasil – Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – conhecido como Robertão. O governo demonstrava nítida intenção de centralizar os poderes utilizando, como Vargas, todas as esferas ativas da sociedade. Mas ainda havia um déficit financeiro no caixa dos clubes e os campeonatos eram desorganizados e mal estruturados.

No cerne da estrutura do futebol encontrava-se um grande problema, que permeava a vida em todas as escalas na sociedade brasileira, evidenciado por Roberto DaMatta; a existência de uma *ética dupla*, que regula a vida em sociedade. Este problema denominado *dilema brasileiro*, consistia de um lado, o *domínio moderno* que encontrava e buscava um ideal de igualdade, direitos e leis impessoais e universais, bem como a racionalização das atividades da sociedade; e o *domínio tradicional* que é pautado pela ética da hierarquia,

² JÚNIOR, Hilário Franco. *A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P, 79.

baseada nas relações pessoais, privilégios familiares, paternalismo e conexões sociais³. Os clubes conviviam com uma profissionalização dos jogadores, mas a parte administrativa ainda era ligada ao tradicionalismo, a paixão e relações pessoais, obtendo benefícios devido estas relações, tirando o caráter igualitário de disputa do esporte moderno. Após a década de 1970, esta estrutura começou a se mostrar cada vez mais inoperante, principalmente diante da modernização administrativa do futebol europeu e da diferença de salários pagos aos jogadores no exterior.

Os clubes reclamavam da desorganização dos campeonatos: a falta de um planejamento na elaboração do calendário, interrompendo competições e sobrecarregando jogadores e torcedores, mudanças repentinas dos regulamentos e tabelas no meio das competições. Esta desorganização refletia um sentimento de anomia e quebrava a magia do ritual esportivo. O fim da década de sessenta e começo da setenta foi marcado pelo *milagre brasileiro* que consistia num fenômeno econômico no Brasil e a economia nacional teve taxas elevadíssimas de crescimento, com o PIB marcando 11% de alta. Ao lado dessa modernização o regime militar buscava ampliar a unidade nacional, diminuir o poder das elites locais e, a exemplo de Vargas, centralizar o poder. Para tanto, foi preciso um poder de barganha que teve como base benefícios financeiros e construção de estádios para dirigentes de clubes e federações estaduais.

O tão reivindicado Campeonato Nacional surge em 1971, teve como vencedor o clube Atlético Mineiro e definindo de vez a falência dos campeonatos e federações regionais⁴. Em 24 de setembro de 1979 é criada a Confederação Brasileira de Futebol, uma administração exclusiva para o futebol, mas ainda o poder estava centralizado nas mãos do Estado e o regime afetava a organização. Em 1975 foi aprovada a lei 6.251 que, entre outras medidas, institucionalizava o voto unitário nas federações e confederações, num claro jogo político para agradar oligarquias regionais através do futebol. Foi então que a célebre frase ganhou fama: “Onde a ARENA vai mal, um time no nacional”, quando em 1978 e 1979 o Brasil viu os campeonatos mais inchados de sua história, com 74 e 94 clubes respectivamente. O Estado contribuía para a crise e nem mesmo a CBF conseguiu organizar campeonatos mais racionais devido à *ética tradicional* e a cobrança por um campeonato mais competitivo que agradasse os grandes era recorrente.

³ HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e Cultura de Massa no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. P. 28.

⁴ *Ibidem*, p. 52.

Em 1987 surge o Clube dos 13 reivindicando uma organização mais racional, motivados pela redemocratização, que tinha como aspecto uma maior autonomia civil, as exigências passaram a ser, também, uma maior autonomia das entidades esportivas frente o controle do Estado. Em 1993 temos a aprovação da Lei Zico, transformando os clubes em clubes-empresa, visando uma maior competitividade e reestruturação financeira dos clubes. O C13 negocia separadamente com a TV Globo e outras empresas a questão do patrocínio, até 1987 não havia transmissões ao vivo das partidas de futebol e até maio de 1982 o patrocínio nos uniformes era proibido. Uma melhora nas receitas e no fluxo de caixa dos clubes foi percebida. As transmissões televisivas contribuíram para permanência da estrutura competitiva, os clubes estabelecidos como grandes possuíam um maior número de torcedores, reconhecidos agora como *consumidores*, e na lógica racional entre empresas os clubes grandes davam mais renda para patrocinadores e TV, que controlava a distribuição de renda frente ao C13 e a CBF, não teve grandes mudanças na questão da disputa por títulos a nível nacional, Verificando a lista dos campeões de 39 edições (exceto o campeonato de 1987 que teve dois campeões, Sport e Flamengo) constatamos que 12 deles (30,7%) são do Rio de Janeiro e 17 (43,5%) são de São Paulo. Ou seja, mais de 74% dos títulos do Campeonato Brasileiro foi conquistado pelo eixo Rio-SP⁵.

Nesta lógica, o Campeonato Brasileiro ainda permanece com uma estrutura que favorece clubes de São Paulo e Rio, devido à distribuição de renda, valorizada em relação ao número de torcedores/consumidores espalhados pelo Brasil, garantindo mais verba aos clubes que possuem grande número de torcedores e preferidos pela TV devido a maior facilidade de lucro, tanto por parte das emissoras como dos patrocinadores. Outro fator é a concentração da mídia esportiva nacional nos estados citados, dando repercussão desfavorável aos clubes que não pertencem ao eixo, como zebra, no caso do Coritiba e Atlético Paranaense, em que as fontes demonstram claramente que a obtenção do título foi um mero acaso do destino. Outro aspecto que marca a organização dos campeonatos é a utilização do futebol como campo político, neste caso, onde há mais torcedores há mais eleitores, para tanto, os estados mais populosos e mais ricos, que conseguem impor sua cultura como nacional acabam se destacando. Uma medida para equilibrar ainda mais o campeonato e torna-lo mais disputado é uma distribuição de cotas de TV equilibrada, favorecendo a lógica de oferta e consumo imposta pela *ética moderna* e dando, ao fim do campeonato, um montante financeiro de acordo com a posição obtida pelo clube, como ocorre na Inglaterra. Discutir uma esfera que o

⁵ RIBEIRO, Luiz Carlos. *Brasileirão ou Torneio Rio-São Paulo?* Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade – UFPR, 2011.

lado passional é tão destacado e atrelado a vários outros fatores pode-se nos levar a uma leitura da sociedade brasileira ao passo que ela se conecta a outros temas de modo semelhante, como a esfera econômica e política.

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO E CONCEITUALIZAÇÃO

Histórico do Futebol Brasileiro e o desenvolvimento da cultura de massa no Brasil.

1.1 Futebol, cultura de massa e esfera esportiva

O futebol no Brasil, como em vários outros países, não pode ser tratado como um mero entretenimento. Ele está vinculado a uma série de simbolizações e ritos sociais e tem grande relevância na esfera econômica, desta maneira, destacar a análise deste esporte é de grande valia; ele deve ser considerado na forma de espetáculo, no qual abarca e agrega uma multidão de seguidores, desde os simpatizantes até os mais fanáticos. Sendo assim, o objetivo deste estudo é compreender como se configura e se estrutura o campo esportivo, no caso o futebol no Brasil, a partir da criação do Campeonato Brasileiro e a relação de poder das diversas esferas que se entrelaçam na organização desta competição. Aprofundando o estudo, a tentativa de entender como a hegemonia de dois estados brasileiro, Rio de Janeiro e São Paulo, se dá em meio a essa organização.

Para tal processo, é necessário enfatizar o recorte temporal; destaca-se aqui 40 anos de periodização, ou seja, o início do Campeonato Brasileiro, em 1971, até o momento que se consolida, de fato, 40 anos da competição, em 2011. Antes de tudo, compreender o processo de criação do Campeonato e sua complexa estrutura de organização.

Nesta lógica, será necessário compreender o papel da mídia e suas relações com o campo esportivo, cuja influência passa de maneira densa pelo viés econômico. Esta perspectiva se mostra coerente ao passo que a “cultura de massa” se plasmou e se ampliou quase simultaneamente ao nascimento, desenvolvimento e popularização do futebol no país. Por esta margem, a configuração da estrutura do espetáculo futebolístico em território nacional obedeceu a uma lógica de interesses, disputa de poderes e fatores que envolvem a sua dinâmica interna.

Estabeleceu-se assim, uma composição em que clubes de poucos estados têm poder de competição (por motivos econômicos e estruturais), mesmo que o aumento da competitividade sempre esteve em pauta no discurso de dirigentes de clubes e federações. Essa guinada à competitividade forçou o futebol a se tornar mais comercial, de tal maneira que em momentos de tensão e ruptura com o momento considerado “romântico” foi marcada de pelo viés financeiro, haja vista que “até maio de 1982, o patrocínio nos uniformes dos clubes era proibido por lei e até 1987 não havia transmissões ao vivo das partidas de futebol pela TV”⁶.

Um dos fatores mais criticados pelos agentes envolvidos neste campo é a “desorganização dos campeonatos”, com tantos jogos, tantos campeonatos, a existência de

⁶ HELAL, Ronaldo. Passes e Impasses: Futebol e Cultura de Massa no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Pg. 18.

pouca estrutura apesar de algumas melhorias, ingressos cada vez mais caros que por sua vez não rendem nivelamento econômico aos clubes e só desestimula os torcedores a frequentar os estádios. Muitos clubes sobrevivem com estádios precários e centros de treinamento inadequados e uma gravíssima desigualdade na divisão das cotas televisivas. Outros pontos também se encontram aos supracitados e causam um desconforto na competitividade “neutra e equilibrada” que o futebol deveria apresentar: favorecimento de alguns clubes, mudanças dos regulamentos, calendários mal planejados, enfim, fatores que levam o futebol e sua competitividade no Brasil a apresentar um desencanto e também um sentimento de anomia.

A política de troca de favores e áreas que atuam com um caráter amador (dirigentes, marketing, entre outras) estão em contraposição ao profissionalismo, uma demanda de mentalidade empresarial e relações impessoais⁷ notabilizando uma dicotomia na organização e na possível equiparação da competitividade do campeonato nacional. Para tanto, devemos considerar que este esporte obedece a uma esfera autônoma - campo -, que por sua vez conta com leis e relações de forças que o regulam⁸.

Esta definição de campo foi idealizada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e é utilizada em diferentes domínios do conhecimento apresentando uma importância profícua para o desenvolvimento deste trabalho. O eixo de análise que ele apresenta se situa nos arrolamentos de forças e dos processos que gerem as sociedades modernas, mais exatamente, ele compreende e destaca a interposição entre o agente social e a sociedade.

Destarte, para poder dar continuidade ao estudo é necessária a compreensão desta perspectiva que Bourdieu nos apresenta. Ele traz a ideia de “campo” de forma muito similar à noção de mercado, o que nos permite traçar um paralelo entre os dois, além disso, definir que estes campos são orientados por uma lógica de mercado e são “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinada por elas)”⁹. Estes campos possuem leis gerais imutáveis e qualidades privadas que se apregoam como desempenhos variáveis secundários. Contudo, o que se compreende de um campo pode ser utilizado para interpretar e questionar outros campos, devido às relações existentes entre eles.

Especificamente, um campo delimita-se pela significação dos objetos de lutas e dos interesses característicos do próprio campo. Bourdieu entende que para dar funcionalidade a

⁷ Ibidem, pg, 21.

⁸ BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁹ Ibidem, pg, 89.

um campo “é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de “habitus” que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.”¹⁰, ou seja, o campo só existe e funciona quando é impulsionado por disputas e jogo de interesses de pessoas dispostas a entrar nessa disputa. Para entrar nesse jogo, no entanto, é necessário conhecer as leis gerais que o permeiam; esse conhecimento das leis gerais é denominado “habitus” e sua existência, por sua vez, dá sentido ao jogo que sempre será pautado numa relação de força entre seus agentes.

Quem detém ou monopoliza um capital específico (produto de um campo) tenderá a utilizar estratégias para a manutenção da ordem estabelecida. Por outro lado, os agentes que detém menos poder buscam ações de subversão para mudança da estrutura, dentro de certos limites, para terem acesso ao capital específico.

“A estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico.” (BOURDIEU, 1983. Pg. 90).

Esta lógica que Bourdieu nos apresenta irá nortear o estudo para compreender a disputa de interesses dentro da consolidação do Campeonato Brasileiro, bem como sua relação com a esfera estatal e as empresas, como redes de televisão e patrocinadores ao longo de seus 40 anos; considerando sempre que a existência do campo é o principal motivo das disputas de interesses: a dominação total ou parcial dele é o que está em jogo, no caso os atores do campo (clubes, empresas, federações e entidades envolvidas) lutam pela hegemonia no campeonato e conseqüentemente no saldo financeiro.

Já a análise sobre o papel da indústria cultural passa pela esfera esportiva, justamente por que o esporte é um produto dela, como todos os fenômenos filhos da Modernidade, ainda mais no caso do futebol que se configura como um esporte de massa. É necessário dar destaque a questões que definem ou contestam a indústria cultural: “trivialização da vida moderna *versus* maior riqueza cultural ao alcance do “homem comum”; alienação do artista

¹⁰ Ibidem, idem.

versus satisfação pessoal; função narcotizante da mídia *versus* agentes conscientizadores; público passivo *versus* produção ativa; espaço público *versus* espaço privado”¹¹. O que se nota é uma maior comercialização, o fim do elemento lúdico e tudo o que é ligado ao esporte moderno deve ser de extrema racionalização. O caráter lúdico do esporte se perde em meio à exigência da racionalização da vida industrial, portanto, o esporte se submete as leis do mercado, deixando de ser autônomo e ter sua própria essência¹².

No entanto, a ideia de que o futebol é o ópio do povo já está rebatida há anos, contudo desvinculá-lo da indústria cultural não se permite, já que em alguns aspectos o esporte está sujeito às regras da propaganda e da publicidade. Contudo, considerar os eventos esportivos como profanos por estarem vinculados à esfera econômica é reduzir sua autonomia e esquecer que todos os eventos da vida moderna tendem a essa característica. A ideia de espectadores passivos também foi refutada e muitos teóricos alegam que os esportes modernos não teriam mantido sua popularidade se o elemento lúdico inerente a eles tivesse desaparecido¹³.

Neste prisma o que ocorre é “apesar da invasão comercial (profana), uma certa aura sagrada permanece, ou melhor, é recriada. É como se a crescente comercialização do futebol fosse absorvida pela “necessidade” da ‘sacralidade’ [...] o futebol é rico em imagens e mensagens representativas da comunidade, podendo ser entendido como um poderoso sistema de comunicação capaz de unir diferenças e proporcionar um espetáculo ritual de grande significado para aqueles que dele participam”¹⁴.

Como o futebol ultrapassa barreiras sociais e possui uma lógica própria, a dificuldade de enquadrá-lo, simplesmente, como um mero resultado dos interesses da indústria cultural não perdura. Ele se ajusta ao padrão cultural das suas sociedades e demonstra manifestações de massa distintas em várias regiões que se estabelece. Mas o que não se pode deixar de evidenciar é que veículos midiáticos o utilizam pelo viés econômico e conforme seus interesses, bem como seus patrocinadores, dirigentes e federações.

1.2 Histórico e consolidação do futebol no Brasil

As origens do futebol encontram-se na Inglaterra. O esporte foi oficialmente criado em 1863, pela Football Association, apesar de ser praticado anteriormente a essa data. Com a criação dessa associação, houve uma regulamentação das regras e todas as questões que

¹¹ HELAL, Ronaldo. Op. Cit. Pg, 36.

¹² HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo, Perspectiva. Pg, 97.

¹³ Para uma discussão mais ampla e crítica sobre o tema ver Dunning e Sheard (1979).

¹⁴ HELAL, Ronaldo. Op. Cit. Pg, 39.

envolviam sua prática. Contudo, em 1885, a Football Association conduziu uma manobra de intervenção na estrutura do esporte. Até então, grande parte dos jogadores estavam vinculados aos clubes através de um regime amador. As disputas foram se acirrando, deixando os jogos mais difíceis e assim, os jogadores necessitavam de tempo livre para dedicarem-se mais aos seus respectivos clubes. Alguns poucos dirigentes e os jogadores pressionaram a entidade para que isso acontecesse de fato. Por essa pressão, foi aceito a presença de jogadores profissionais, porém eles estavam proibidos de participarem de reuniões de comitês e entidades representativas. Assim, “a presença de profissionais no campo representava o controle administrativo do futebol por amadores” (Lever, 1983: 61/62). Essa divisão marcou profundamente a configuração e organização do esporte. O futebol para alguns - massas urbanas e indivíduos de baixa renda - era um trabalho, para outros, era questão de status e lazer. Esse modelo gerou problemas para a estrutura organizacional do futebol em todo o mundo.

O Império britânico, em 1909, tinha influência direta ou indireta de 23% da população mundial. Assim, o futebol teve sua propagação marcada pela lógica de influência cultural inglesa, haja vista que muitos clubes fundados fora da Inglaterra possuem nomes em inglês. Tanto a Revolução Industrial como o futebol se baseiam em éticas semelhantes: competição, secularização, igualdade de chances, supremacia do que possui mais habilidade, especialização de funções, normatização e criação de regras, este último elemento pode se associar ao que, em fins do século XIX, Norbert Elias chamou de processo civilizador¹⁵.

A própria Revolução Industrial permitiu algumas inovações no esporte, como a padronização do tamanho e do peso da bola, entre outros. Isto, considerado um avanço tecnológico, demonstrava a “superioridade” da moderna Inglaterra. O que se viu então foi um imperialismo que exportava não apenas produtos industriais e de serviços, mas também fenômenos sociais e culturais que os acompanhavam, como o futebol.

No Brasil, os dois núcleos que tiveram uma maior projeção foram Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, é difícil datar a chegada do futebol ao Brasil, bem como a região que começou a praticar inicialmente o esporte. A primeira partida oficial no Brasil, foi registrada em 14 de abril de 1895. A disseminação entre as elites foi rápida, em várias regiões elas cogitavam organizar ligas e um campeonato.

Em São Paulo esta liga pôde ser fundada no ano de 1902 e a partir dela os primeiros campeonatos paulistas foram organizados. Em 1906 é fundada a Liga de Futebol do Rio de

¹⁵ JÚNIOR, Hilário Franco. *A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Pg. 25.

Janeiro, organizando o primeiro campeonato. No Paraná, foi criada a Liga Sportiva Paranaense, em 1914. Os clubes que participavam destas ligas eram todos tradicionais e elitistas, excluindo as massas de participar e praticar o esporte, o que não quer dizer que elas não praticavam fora dos locais “oficiais”, ou seja, os ditados pelas elites.

Desta maneira o quadro que se configurou em relação ao futebol era de um esporte amador e elitista e era praticado por imigrantes europeus e pessoas da elite.¹⁶ Era um sinônimo da modernidade europeia marcado pelos valores do cavalheirismo, fair-play e, sobretudo, do amadorismo. O caráter amador era uma intenção de manter o esporte como apenas uma prática lúdica, no entanto, em 1915, surge o processo conhecido como “profissionalismo marrom”. Alguns jogadores começaram a receber dinheiro de integrantes ricos destes clubes tradicionais para poderem jogar, haja vista a habilidade demonstrada com a bola nos pés. Este tipo de vínculo era alimentado, também, pelas bilheterias.

A característica elitista do futebol, pelo menos dentro do gramado, foi desaparecendo lentamente. Ele foi ganhando fama, várias pessoas passaram a seguir os jogos e, desta maneira, os clubes passaram a ter popularidade, mas para mantê-la era necessário que as equipes tivessem um bom desempenho. Os dirigentes acompanharam essa popularização e “massificação” e ficaram atentos as pressões dos sócios e simpatizantes. Eles se obrigavam a buscarem bons jogadores, bons resultados e estrutura. No entanto, o interesse ultrapassava as fronteiras do futebol, pensavam numa possível ascensão no quadro da política nacional.

Uma política que marcou a configuração social brasileira e, conseqüentemente, o futebol, foi o branqueamento da sociedade brasileira, na segunda metade do século XIX. Surgiram várias colônias de imigrantes europeus no Centro-sul que um pouco mais tarde começaram a se organizar em clubes que aderiram a prática do futebol. Deste modo surgiram alguns clubes que hoje figuram como uns dos principais times brasileiros, como o Grêmio, em 1903; o Coritiba, em 1909; Juventude, em 1913; e os casos mais conhecidos, que são o Palestra Itália da capital paulista, hoje Palmeiras, em 1914 e o de Belo Horizonte, hoje Cruzeiro, de 1921.¹⁷ Estes últimos foram obrigados a modificar seus nomes para os atuais devido a política nacionalista de Vargas durante o Estado Novo (1937 a 1945).

O que se viu no Brasil no início da década de 1920 foi uma enorme difusão do futebol e não somente nas elites, mas em todos os segmentos sociais. Muitas questões que o país passava nessa época tinham reflexo no futebol, que demonstrava a dinâmica social da qual o país era palco. Um desses grandes problemas foi o da nacionalidade, ampliado devido ao

¹⁶ HELAL, Ronaldo. Op. Cit. pg, 46.

¹⁷ JÚNIOR, Hilário Franco. Op. Cit. pg, 70.

centenário da Independência, em 1922. A elite do país estava dividida, as oligarquias nacionais passaram a se confrontar de modo mais intenso fazendo com que as disputas eleitorais ficassem mais acirradas. As tensões sociais nas grandes cidades também começaram a se notabilizar: manifestações operárias e revoltas pelo fim da política oligárquica, bem como pela instauração pelo voto secreto ¹⁸.

O futebol foi um microcosmo de várias tensões sociais da sociedade brasileira, caso do racismo, da profissionalização, da unidade nacional, entre outros. Seguindo essa lógica, a sociedade brasileira expressava suas mudanças e transformações também no campo esportivo. Como no caso do clube carioca Vasco da Gama, que elegeu um presidente negro em 1904, Cândido de Araújo e foi campeão do torneio do Rio de Janeiro no ano de 1923 e com um time composto por jogadores negros e trabalhadores brancos de baixa renda logo na sua estreia na série principal. Todo esse panorama gerou uma crise no campeonato regional, com o clube sendo excluído da Associação Metropolitana de Esportes Amadores (AMEA), criada em 1924 e admitido somente dois anos depois.

O Brasil estava com suas oligarquias divididas, a quebra da Bolsa de Nova York em 1929 enfraqueceu a oligarquia paulista. A velha política oligárquica se definhara, dando campo para uma nova configuração política. As discussões em torno do profissionalismo no futebol estavam exaltadas e os dirigentes dos clubes e federações se dividiram em “progressistas” – favoráveis à implantação do profissionalismo – e os “conservadores”-defensores do amadorismo. Os progressistas tiveram uma vitória rumo a profissionalização: a dissolução do comitê de sindicância, em 1929, que fiscalizava os jogadores. Contudo, essas mudanças contribuíram para a sobrevivência do “profissionalismo marrom” ¹⁹.

O futebol acompanhou o crescimento e a urbanização do Rio de Janeiro e São Paulo no final dos anos 1920. Conseguiu ocupar uma posição privilegiada entre os brasileiros em relação à opção de lazer e já no início de 1930 era bastante popular no Brasil. Essa popularização, o tal “profissionalismo marrom” e a excelente campanha do Vasco da Gama, formado por jogadores, em sua grande maioria de negros, mulatos e oriundos da classe operária, no campeonato carioca de 1923 ditaram uma nova problemática para o futebol brasileiro: a profissionalização. Isto impulsionou, em janeiro de 1933, a profissionalização do futebol no Rio de Janeiro, um pouco mais tarde, em março do mesmo ano, São Paulo segue o exemplo carioca.

¹⁸ Ibidem, idem.

¹⁹ HELAL, Ronaldo. Op. Cit. pg, 49.

Essa profissionalização encabeçada pelos dois maiores centros futebolísticos da época no país possibilitou a criação da primeira liga de futebol profissional do país, com a união das ligas do Rio e de São Paulo. Assim surgiu a Federação Brasileira de Futebol (FBF), mesmo não sendo reconhecida oficialmente pelo órgão máximo do esporte na época, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Contudo, esta ruptura entre federações e confederações durou somente até o ano de 1937 quando a CBD adotou oficialmente o regime profissional.

Em 1930 ocorre um marco histórico na política brasileira. O Estado passa a ter papel principal na dinâmica social, torna-se então o principal agente da sociedade brasileira. O governo dominado pela oligarquia agrária, a denominada política do café com leite, controlada por Minas Gerais e São Paulo caem com um golpe dado pela Aliança Liberal, quebrando o ciclo de presidentes escolhidos pelos dois estados e colocando Getúlio Vargas no poder.²⁰ Começa uma nova era na política brasileira e modernização tornou-se palavra de ordem, pautadas por perspectivas de industrialização e unidade nacional.

1.3 A rivalidade Rio-São Paulo

Os interesses regionais e clubísticos entravam em choque com o projeto de identidade nacional, ditado pela entrada na modernidade e, para ajudar, cronistas esportivos, movidos pela rivalidade entre Rio e São Paulo, estimulavam os sentimentos dos torcedores para que eles se sentissem integrados à “nações imaginadas” que os clubes de futebol proporcionavam. Mário Filho, cronista do carioca *Jornal dos Sports*, se tornando dono depois de 1931, defendia que era através do futebol que o país poderia ser visto como uma nação moderna.

Apesar disso, interesses ambivalentes compunham o panorama da década de 1950; interesses regionais e particulares eram sobrepostos aos da nação e os dois estados usavam as crônicas esportivas para justificar a sua possível superioridade. Justamente nesse período a maioria das decisões políticas, sociais, culturais e financeiras era realizada no eixo Rio-SP²¹.

Situação que começa a ser modificada com a construção de Brasília no centro do país com a intenção de aproximar os diferentes estados brasileiros. Neste ponto, portanto, a integração nacional era vista como um dos pontos mais importantes para a entrada, de fato, no campo da modernidade. Não obstante, as disputas regionais entre estes dois estados, principalmente no campo esportivo, deixava nítido alguns aspectos contraditórios, ambos

²⁰ Para um estudo detalhado da Era Vargas ver Robert M. Levine. *Pai dos Pobres? Brasil na Era Vargas*. Companhia das Letras, 2001.

²¹ CARDOSO, Tom & ROCKMANN, Roberto. *O Marechal de Vitória: Uma História de Rádio, TV e Futebol*. São Paulo: A Girafa, 2005.

queriam demonstrar que possuíam mais influência sobre o restante do Brasil e isso era refletido no futebol. Muitas vezes o selecionado nacional tinha menos créditos que os clubes regionais para os torcedores. O plano do governo era modificar esta estrutura e criar uma unidade nacional, seguindo as exigências do grande capital internacional.

“A tentativa de integração nacional era uma das exigências da modernidade, que apresenta um fundo ideológico nacionalista, mas, sobretudo, econômico. Tratava-se de uma questão de segurança política, pois se possibilitaria que se falasse em nome do povo, da nação e, principalmente, seria a oportunidade para a formação de um mercado interno; eram exigências do grande capital internacional que investiam no Brasil.”
(FREITAS JUNIOR, 2009. Pg, 137)

Agentes cariocas lutavam para manter a estrutura do futebol conforme ela se encontrava, precisamente por beneficiar os seus clubes. Mas, muito maior do que apenas uma rivalidade na esfera do futebol, essa guerra simbólica que utilizava o futebol, era um exemplo concreto de autoafirmação regional. A rivalidade entre eles é recorrente na historiografia, pois se tratava de uma disputa entre a Capital da República contra o centro de movimentação financeira, ou seja, era uma questão de orgulho regional, uma disputa mais ampla que caberia definir qual seria a liderança política e social do país. A disputa ultrapassava os limites do gramado e os cronistas esportivos buscavam o controle administrativo do futebol brasileiro. Muito maior do que uma disputa de sentimentos e paixão regional era um confronto entre burocratas²².

“Na condição de maiores metrópoles do Brasil, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo sempre detiveram o privilégio de ditar normas, comportamentos e de lançar novidades para o resto do país; aliás, durante muito tempo (talvez até o ano de 1970) o Rio mais do que São Paulo. E nesse aspecto que o futebol manteve-se na regra geral: é nessas cidades (elas sempre monopolizaram o futebol brasileiro) que ocorrem os maiores acontecimentos esportivos do país.” (CALDAS, 1990. Pg, 58-59)

Ademais, segundo os paulistas, a CBD, sob o controle dos cariocas, afetava a totalidade do futebol brasileiro, mas o que queriam realmente era o controle administrativo do esporte. Os meios de comunicação não tinham preocupações com imparcialidade e a disputa

²² ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. Com o Brasileiro não há quem possa: Futebol e Identidade Nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: UNESP, 2004. pg. 129.

regional que eles traziam evidenciava a inexistência da mídia nacional, principalmente a imprensa esportiva, que estava pautada no interesse das torcidas e dos clubes.

Na esteira dessa disputa entre cariocas e paulistas, estes buscaram contratar vários jogadores que atuavam no Rio a fim de melhorar a qualidade do campeonato. Para os jogadores das outras regiões que estavam fora do eixo, estar numa equipe desses centros era estar na “vitrine” do futebol brasileiro²³.

No plano econômico, São Paulo passava por reestruturações no setor agrícola o que possibilitou uma melhoria no padrão de vida da população campesina, assim como da massa trabalhadora localizada na cidade. Esta melhoria geral na economia de São Paulo possibilitou uma transformação da estrutura do campeonato paulista: contratação de novos atletas, construção de estádios, população com mais recursos para investir em suas atividades de lazer, apoio por parte da mídia na promoção do campeonato.

Para acirrar ainda mais a rivalidade, em 1950, Mário Filho reativa o Torneio Rio-SP que começa a contar com uma supremacia paulista. Em 1957, João Havelange assume a CBD e reacende a rivalidade. O carioca *Jornal dos Sports* critica e se opõe à diretoria vigente da Confederação apontando-a como culpada pelo fracasso do futebol brasileiro, isto porque, alguns dirigentes de São Paulo foram convidados, por João Havelange, a compor a administração da CBD para modernizar o futebol.

A intensificação das rivalidades regionais destas duas cidades fazia com que o sentimento clubístico fosse maior que o nacional, que de certa maneira, fortalecia o futebol dos dois estados. A importância dessa rivalidade também foi expressa por empresários paulistas ligados à imprensa esportiva. De acordo com Paulo Machado de Carvalho: “[...] a rivalidade entre paulistas e cariocas fazia bem ao futebol brasileiro, tornava-o menos blasé, mais apaixonante e popular”²⁴.

O futebol do denominado eixo Rio-SP teve fatores que lhes proporcionaram superioridade sobre as demais regiões. São fatores de ordem econômica, política, social e cultural. Estes fatores refletiram diretamente no campo esportivo que por sua vez geraram uma hegemonia de paulistas e cariocas, sobretudo nos campeonatos que abarcariam todo o território nacional e este eixo é hegemônico até os dias atuais.

²³ FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo de. No Meio do Caminho: tensões presentes nas representações sobre o futebol e o ideal de modernidade brasileira na década de 1950. Tese de Doutorado, UFPR, 2009. pg. 138.

²⁴ CARODO, Tom; ROCKANN, Roberto. Op. Cit. pg. 58.

1.4 O Torneio Rio – São Paulo e a profissionalização

A vida urbana no Brasil tinha uma baixa concentração, apenas 20% da população vivia nas cidades. Rio de Janeiro e São Paulo concentravam grande parte das ferramentas governamentais da época, assim sendo, o desenvolvimento do futebol caminhava paralelamente à concentração política. No período a partir de 1920 o Estado interveio muito pouco no esporte, haja vista que as elites locais propunham um desenvolvimento e modernização associada ao capital internacional. O controle do espaço público e a disciplinarização das ações sociais estavam em pauta, entretanto, princípios liberais e a autonomia dos indivíduos e instituições eram proferidas em discursos para legitimar ações do Estado.

Esses elementos propiciaram ao “Estado Novo” de Vargas a ideia de uma verdadeira identidade nacional, centralizada e unida. O esporte, portanto, não fica de fora dos planos do Estado e todas as áreas de alcance social devem ser regulamentadas, inclusive o futebol, que nesta época já tinha grande admiração da sociedade brasileira. O principal agente da sociedade passa ser o Estado, totalitário e unificador em torno de si, ele condiciona todas as esferas sociais; o poder político é constituído pelo poder econômico e ideológico. “No Estado totalitário toda a sociedade está resolvida no Estado, na organização do poder político que reúne em si o poder ideológico e o poder econômico. Não há espaço para o não-Estado.” (BOBBIO 1987, p. 121)²⁵.

Ao lado desse contexto político e social, encontra-se uma crise no futebol brasileiro: o êxodo dos melhores jogadores para o exterior. Já em 1931, 39 dos melhores jogadores brasileiros deixaram o país para ir jogar na Itália, país que já havia aderido ao profissionalismo. Então se juntavam duas pressões para que rediscutissem o futebol em território nacional. A tendência ao profissionalismo e a melhoria na estrutura do futebol, a emergência de um novo ideário político que passava pela necessidade de uma cruzada disciplinadora fizeram do futebol um instrumento para ajudar a constituir a nação brasileira e a construção de um “homem novo” para a sociedade, sem princípios de classe, mas sim de conjunto, de Estado²⁶.

Foi nessa lógica que em 1933, Getúlio Vargas cria a profissão de jogador de futebol, impulsionado pelas tensões do campo esportivo e obrigando a sindicalização do atleta, como todo trabalhador assalariado da época. Como sabemos, a profissionalização do jogador de

²⁵ PRESTES, Saulo Esteves de Camargo, MEZZADRI, Fernando Marinho. Futebol Brasileiro e suas Interfaces com a Intervenção Estatal: Autonomia e Crise. Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade – UFPR. Artigo publicado em www.efdeportes.com e acessado em 22/05/2012.

²⁶ JÚNIOR, Hilário Franco. Op. Cit. pg, 70.

futebol envolvia os interesses de disciplina social do Estado, um projeto de produção de uma identidade nacional arraigada, bem como disputas entre a tradição elitista e amadora dos primórdios da prática esportiva e a necessidade que os clubes tinham de profissionalizar seus jogadores²⁷.

Nesse mesmo ano, 1933, Vargas instituiu o Torneio Rio-São Paulo, visando amenizar as disputas regionais e tensões que se apresentavam na época. Na primeira edição desse torneio foi disputada a primeira partida oficial do profissionalismo no país, no dia 12 de março, entre Santos x São Paulo, na qual o escrete são paulino saiu vitorioso por 5 a 1. O primeiro gol da partida foi anotado por El Tigre, o maior craque do profissionalismo marrom. Mas o que se via ainda era uma disputa em relação ao profissionalismo. O presidente do Flamengo alegava que o “profissionalismo avilta o homem”, porém, apesar da resistência de setores mais conservadores, a ideologia crescente da criação de uma identidade nacional pautada no imaginário mulato, fornece elementos para profissionalização²⁸.

O futebol estava nos planos do projeto de consolidação da unidade nacional pelas questões anteriormente explicitadas. Através desta esfera as massas se aglutinavam diante de clubes e do selecionado nacional que foi impulsionada pelas coberturas jornalísticas e locuções que o rádio proporcionava, neste ponto temos a figura de um dos mais famosos cronistas esportivos do Brasil até hoje, Mário Filho. Ele contribuiu, a partir de 1930, para a transformação do futebol brasileiro em grande espetáculo ao instigar concursos entre torcedores e sua carnavalização, fator que acabou gerando a criação de bandeiras, mascotes, hinos, símbolos e grupos uniformizados em apoio aos seus respectivos clubes²⁹.

1.5 Eis que surge o rádio

Filhos da elite pareciam que nasceram um para o outro: o rádio e o futebol. Os dois se encontraram há mais de 75 anos e num processo dialético contribuíram para suas respectivas consolidações em território nacional. O rádio retirou o esporte dos limites dos estádios e o colocou no imaginário popular, em várias regiões do Brasil, enquanto isso, o futebol contribuiu na popularização do emergente veículo de massas, dando uma nova característica ao esporte, agora com abrangência nacional. Com o eixo econômico deslocando-se do campo

²⁷ RIBEIRO, Luiz Carlos. Brasil: Futebol e Identidade Nacional. Departamento de História – UFPR. Artigo publicado em www.efdeportes.com e acessado em 22/05/2012.

²⁸ JÚNIOR, Hilário Franco. Op. Cit. pg, 70.

²⁹ JÚNIOR, Hilário Franco. Op. Cit. pg, 128.

para a cidade e a natural urbanização da sociedade brasileira, o rádio surge como uma forma de lazer a baixo custo para as massas trabalhadoras³⁰.

O futebol contribuiu para que a programação radiofônica tivesse um caráter verdadeiramente popular e, como numa via de mão dupla, o rádio transformou o esporte bretão em paixão nacional³¹. A primeira transmissão na íntegra se deu em 1931, através da rádio Educadora Paulista. Os profissionais do rádio criaram bordões aumentando a dinâmica entre ouvinte e a partida, como um arauto da modernidade. Criaram-se vários mitos, dentro e fora de campo, como os próprios narradores que muitas vezes tinham fama aproximada a dos jogadores. As primeiras informações no rádio sobre o futebol eram curtas e traziam notícias sobre os resultados das partidas realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo,

“O locutor narrava: agora o jogador fulano está na quadrículo seis, passou para a sete. Naquela época as irradiações eram feitas pelo telefone e os locutores saíam correndo do campo para contar os lances do jogo, já que não havia telefone sem fio, celular, ou satélite. Só depois as transmissões esportivas viraram “óperas sonoras”, superando e trazendo uma outra conotação para o próprio espetáculo.” (BAUNWORCEL, 1999. Pg, 61)

A rivalidade entre Rio de Janeiro e São Paulo marcava, além da esfera social e econômica, o futebol e por consequência a radiodifusão. Cariocas alegavam serem os primeiros a transmitir uma partida inteira de futebol, no entanto não há registro sobre as datas dessas transmissões. O rádio ganha nova dinâmica com a chegada dos anunciantes, as emissoras são autorizadas oficialmente a veicular anúncios em 1932 e o governo federal começa a distribuir concessões de canais a particulares³². Estas ações resultaram no aparecimento do rádio comercial e na profissionalização dos seus envolvidos; os profissionais passam a receber salários mensais.

Getúlio Vargas estimulou a expansão do rádio para as várias regiões do país dentro do projeto de modernização brasileiro. O presidente aponta o valor do novo veículo de comunicação de massas em 1937, em uma mensagem enviada ao Congresso, alegando a pretensão de levar o rádio a todo território nacional e criar no Brasil uma imprensa de divulgação nacional³³.

³⁰ ALMEIDA, Alda de e MICELLI, Márcio. Rádio e futebol: gritos de gol de Norte a Sul.

³¹ *ibidem*, *idem*.

³² *ibidem*, *idem*.

³³ HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre, EDPUCRS, 1977. pg, 23.

Com o início da publicidade no rádio, força-se ainda mais para que ele se transforme em um veículo de massas, voltado cada vez mais ao lazer e à diversão e assim atingir um maior número de indivíduos através destas publicidades. O medo dos dirigentes de que o futebol perdesse público se transformou em felicidade quando o rádio trouxe mais popularidade ao esporte – a mesma preocupação ocorreu quando as partidas começaram a ser televisionadas a partir da década de 1980, contudo, a realidade foi melhor do que a esperada.

O que ocorria na organização do campo radiofônico era que as centrais das rádios ficavam no Rio e em São Paulo, enquanto as filiadas, ao redor do Brasil, faziam a retransmissão do sinal, sendo da Copa do Mundo ou dos jogos entre os times desses estados. Para ter noção da abrangência que estas rádios possuíam, a Rede Bandeirantes atingiu praticamente todo o território nacional na transmissão da partida contra a Suécia na Copa do Mundo de 1958³⁴. Vale lembrar que era um jogo do selecionado nacional e que possuía um efeito simbólico maior que as outras partidas, no entanto, serve para estabelecer o nível de abrangência destas emissoras.

Os primeiros programas voltados inteiramente para o futebol tiveram início nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, valendo seu pioneirismo e estrutura econômica e cultural para se estabelecerem como polos da comunicação e do futebol. Ary Barroso, a partir de 1936, narrava às partidas de futebol, que chegavam a diversas regiões brasileiras que tinham a cobertura desse veículo de comunicação. Esses fatores acirraram a rivalidade entre os clubes, ajudaram a nacionalizar o futebol e a divulgar clubes.

1.6 Robertão: A tentativa de um primeiro campeonato Nacional

Para continuar a ser a representação máxima do Futebol, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) curva-se ao profissionalismo. O selecionado nacional estava sofrendo com a exclusão dos melhores jogadores na Copa do Mundo de 1934, já que estes estavam nos campos do estado de São Paulo e Rio de Janeiro, os quais já haviam profissionalizado o futebol e criaram a Federação Brasileira de Futebol (FPF). Com o prestígio do futebol brasileiro arranhado, a CBD reconhece o regime profissional e passa a poder contar, novamente com os jogadores da FPF na seleção. Isto gerou uma mudança na estrutura do Torneio Rio-SP. A difusão radiofônica, as coberturas jornalísticas faziam do futebol um

³⁴ SOARES, Edileuza. A Bola no Ar. Rio de Janeiro, Summus, 1994. Pg. 55.

esporte nacional, no entanto, não havia um campeonato nacional. No primeiro torneio participaram, logicamente, apenas clubes do Rio e de São Paulo.

Como o discurso ideológico do Estado era unidade nacional; no futebol, não apenas em relação ao selecionado, mas às regiões. A intenção do controle das práticas esportivas e das esferas sociais pela governabilidade aumentava. Foi então que, em 1942, os clubes de futebol atrelaram-se ao Governo Federal, não por decisão autônoma deles, mas sim por um programa centralizador do presidente Getúlio Vargas, que estabeleceu o decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941, criando o Conselho Nacional de Desportos (CND). O objetivo central do conselho era de orientar e incentivar a prática de desportos no país. Na realidade, o CND tinha pretensão de utilizar os esportes em benefício aos interesses políticos do governo, mas também colocou o futebol como algo relevante às elites políticas. Deste modo,

“a estrutura de organização do futebol era a seguinte: os clubes organizados em federações regionais; as federações supervisionadas e submetidas às regras da Confederação Brasileira de Desportos – CBD (após 1979, Confederação Brasileira de Futebol – CBF). Todas essas entidades eram executivas e o CND, a entidade normativa que ditava a lei. Na prática, porém, o CND era também uma entidade executiva, tendo poder de intervenção nas federações e clubes sempre que julgasse necessário.” (HELAL, 1997, p. 51).

Essa nova estrutura possibilitou, futuramente, a criação de um campeonato nacional que substituiu o Torneio Rio-São Paulo³⁵. Em 1967, em pleno regime militar e seguindo a mesma estrutura autoritária de poder herdada do governo de Getúlio Vargas, criou-se um campeonato envolvendo clubes de cinco estados do Brasil – Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Conhecido como “Robertão”, já que incluía times de regiões diversas do Brasil, o torneio na sua primeira edição foi promovido pelas federações carioca e paulista, só no ano seguinte a CBD trouxe para si a administração e organização, criando o prêmio Taça de Prata e aumentando o número de participantes que antes era 15 e passou para 17. Esse modelo de campeonato começou dar base e sustentação para competições ainda maiores, porém ele ainda

³⁵ Em 1954, o torneio recebeu o nome de Roberto Gomes Pedrosa em homenagem ao goleiro da seleção na copa de 1934 e presidente da Federação Paulista de Futebol, que morreu naquele ano, no exercício do cargo. Quando passou a ser um torneio nacional, com uma amplitude maior, logo foi chamado de Robertão.

não dava vaga para times brasileiros na Copa Libertadores da América, para isso foi realizada a Taça Brasil³⁶, no período entre 1959 e 1968³⁷.

Nitidamente o futebol estava envolvido pelo projeto nacional, porém, a inexistência de um campeonato nacional que abrangesse os principais times de todas as regiões acentuava características do próprio país e do futebol. Um campeonato nacional num país como o Brasil requeria planejamento e uma eficiente melhoria no sistema de transportes e na malha rodoviária e, outro problema, as federações sentiam-se seguras e poderosas em seus limites regionais com a instauração de um evento desse porte ficariam temerosas em relação à perda de poderes.

No plano estrutural do futebol, o programa político previa intervenção nos clubes e federações, pretendia moldar também a estrutura social à uma disciplina – tanto moral como política - em que colocava o Estado como principal agente ativo, ou seja, tudo deveria servir ao Estado, sem pressupostos liberais, pois colocar o indivíduo antes do coletivo seria desestruturar a hegemonia nacional e continuar com um ideário arcaico e ultrapassado, sobretudo, a incapacidade de não criar uma unidade nacional. Para tanto, o projeto autoritário da CND, que colocava a organização desportiva – em qualquer esfera – sob o controle estatal. Assim, através da intervenção do no esporte, o governo brasileiro enaltecia os sentimentos ufanistas, ainda mais quando se tratava do selecionado brasileiro³⁸.

Ficava explícito como o futebol era utilizado como um mecanismo de comunicação entre o Estado e a população, principalmente a massa trabalhadora e que foi herdado pelo regime militar³⁹. Esta utilização tinha como interesse a unificação da massa e do país como um todo, colocando a nação em primeiro plano. O desenvolvimento do Brasil tinha como pressuposto a união das classes. Trabalhadores, governo, empresariado, elites congregavam rumo à industrialização e a entrada do país no hall dos países civilizados e modernizados .

“Não por acaso, os estádios de São Januário e do Pacaembu foram os palcos escolhidos para os desfilhes e comemorações do Primeiro de Maio, Dia do Trabalho, deixando definitivamente de ser enormes salões para encontros de uma elite portando chapéus e paletó, como em anos passados.” (HILÁRIO, 2007, p. 80).

³⁶ No final de 2010, a CBF, através de uma resolução da presidência, decidiu unificar os títulos do Campeonato Brasileiro, Taça Brasil e Robertão/Taça de Prata. <http://www.cbf.com.br/media/58749/rdp%2003-2010%20-%20disp%C3%B5e%20sobre%20o%20reconhecimento%20de%20campe%C3%B5es%20nacionais%20a%20partir%20de%201959.pdf>

³⁷ Informações retiradas do site <http://www.cbf.com.br/noticias/memorias> acessado no dia 22/05/2012.

³⁸ AGOSTINO, Gilberto. Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional. – Rio de Janeiro: Mauad. 2002. pg, 59.

³⁹ PRESTES, Saulo Esteves de Camargo; MEZZADRI, Fernando Marinho. Op. Cit.

A grande e última interferência direta do Estado Novo no futebol foi à criação do CND, depois disso não houve, por parte do governo, grandes interferências diretas no futebol. Mas apesar disso, o programa de unidade nacional ainda estava ativo. No governo de Juscelino Kubitschek houve um marco neste processo, em 1960, a inauguração de Brasília e a transferência das instituições governamentais para o interior do país soavam como um reforço esperançoso na integração e no desenvolvimento descentralizado. Descentralização, que no papel, não representava muitos marcos, o polo econômico brasileiro ainda era o eixo Rio-São Paulo e, conseqüentemente, logo o futebol sentia reflexo direto desse panorama.

Desde a época do Torneio Rio-SP, estados com maior importância política e econômica no Brasil, detinham a hegemonia futebolística no país eram eles. A cobrança de outros clubes por um campeonato mais competitivo que possibilitasse um enquadramento nacional no circuito dos grandes times existia e começou a pesar na rede de interesses da CBD. No entanto, não houve mudança, nem na estrutura do futebol e nem no direcionamento que o Estado fazia do esporte. Podemos notar as agitações de esferas autônomas, bem como de setores populares que reivindicavam direitos e melhores condições.

Foi no governo de João Goulart, em 1963, que foi estabelecido o direito ao voto a analfabetos, distribuição de terras a trabalhadores rurais, regulamentações de direitos do trabalho e reestruturação nacional. A economia nacional crescia e a esperança no progresso também crescia conjuntamente ⁴⁰. A reivindicação por um campeonato mais competitivo e com clubes do Brasil inteiro também estava em discussão. O campo esportivo sofria influência direta dos outros campos da sociedade e acompanhava seu ritmo de transformação.

Nesse período, empresas multinacionais instalaram-se no Brasil, desenvolveu-se a malha rodoviária e os aeroportos. A economia diversificava-se e crescia em ritmo frenético; a produção industrial cresceu 80% entre 1956 e 1961. Eis que toda essa agitação e tensão social presente – crescimento econômico e reivindicação de direitos e melhorias na condição de vida – trouxe um resultado devastador para a autonomia e a crescente evolução dos direitos sociais no Brasil. Em 31 de março de 1964, vem o golpe civil-militar, anunciado como passageiro e sanador, sob o pretexto de que João Goulart estava com planos de instaurar um governo totalitário comunista no país. É sobre o regime militar que se organiza o campeonato brasileiro, denominado campeonato nacional, em 1971 ⁴¹.

⁴⁰ JÚNIOR, Hilário Franco. Op. Cit. pg, 130.

⁴¹ Ibidem, pg, 132.

1.7 Campeonato nacional e o dilema brasileiro

“O que seria preciso para um que Campeonato Nacional funcionasse perfeitamente? Vários dirigentes e homens ligados ao futebol, no Brasil inteiro, deram sugestões (à exceção, é claro, dos dirigentes da Confederação Brasileira de Desportos que, como sempre, se recusaram a falar do assunto.” (Revista Placar, 11 set. 1970. Pg, 40).

A exigência por um campeonato nacional que possibilitasse uma maior competitividade e que não resultasse em prejuízo aos clubes foi uma exigência que marcou um longo período da história do futebol brasileiro. Muito se questionava a organização e o empenho da CBD para que ele saísse do papel. No entanto, não se via muito esforço da entidade para isso. Ela estava presa numa cadeia de relações pessoais e beneficiamento próprio e de clubes de menor expressão que não representavam um aspecto positivo ao futebol brasileiro ⁴².

O país, neste período se encontrava sob o regime militar e tinha como propaganda oficial slogans como “País do Futuro”, “Ame-o ou Deixe-o”, juntamente com um período que a nação atravessava de otimismo econômico que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”. A estrutura do futebol não modificou muito e encontrava-se em meio a mesma tutela autoritária do governo de Vargas. A construção de grandes estádios por todo o país não fez com que a crise deixasse de emergir; já era aparente na falta de autonomia dos clubes e federações, na política de alianças entre as federações e as pequenas ligas, em um calendário incapaz de acomodar dois campeonatos longos – regionais e brasileiro – e um modelo de organização antiquado e amador ⁴³.

Esta crise ficava nítida à medida que os clubes aumentavam suas dívidas e não conseguiam suprir os déficits financeiros; o fluxo de caixa não dava conta das despesas. A estrutura feudal que alimentava os interesses pessoais dos dirigentes das federações e da CBD não estava mais compatível com os interesses dos clubes, principalmente os grandes, que reivindicavam um campeonato mais competitivo e que atraísse mais lucro. A legislação esportiva não dava autonomia aos times que por sua vez não conseguiam sair das amarras

⁴² HELAL, Ronaldo. Op. Cit. pg, 52.

⁴³ Ibidem, idem.

autoritárias estatais que era fruto do Decreto-Lei 3.199 de 1941, que entre outras coisas, buscava centralizar nas mãos do Estado a organização, a fiscalização e a estrutura dos esportes, sobretudo o futebol, ou seja, foi regulamentado o Conselho Nacional de Desportos – CND, votado em pleno Estado Novo, mas ainda firme no período da ditadura militar.

Os dirigentes dos clubes e agentes envolvidos consideravam a legislação reacionária, o Estado regulava a esfera esportiva e não dava margem para que ela tivesse autonomia e construísse um campeonato mais competitivo. Contudo, durante o governo militar, as interferências estatais no futebol adotavam a lógica de dar sustentabilidade ao regime e de agregar os sucessos da seleção nacional, mais uma vez, ao crescimento do país no cenário nacional ⁴⁴.

“Pode parecer um sonho, mas, a partir do ano que vem, você passará a viver dentro de um futebol totalmente diferente, sem cartolas, dirigido por profissionais pagos, desligado da CBD, sem campeonatos suicidas e deficitários e, o que é importante, com um Campeonato Nacional.” (Revista Placar, 16 out. 1970. Pg. 75).

O periódico Placar, um dos agentes que encabeçou a reformulação do campeonato, juntamente com os grandes clubes, trazia em sua edição de 16 de outubro de 1970 uma reportagem denominada “Vai Mudar Tudo no Nosso Futebol”. A exigência desta vez era a racionalização do campeonato e um campeonato que fosse nacional de fato, não que tivessem clubes do Rio de Janeiro e alguns convidados.

Roberto DaMatta traz uma perspectiva sobre o que ocorre no universo do futebol brasileiro e a crise que pautava os discursos da mídia, clubes e alguns dirigentes ⁴⁵. Para o sociólogo o problema era cultural e cravava a vida em sociedade no Brasil; o “dilema brasileiro” é centrado na existência de éticas únicas e duplas que permeiam as sociedades modernas e tradicionais. Estes padrões vieram de Max Weber, que cunhou a ideia de “éticas”; assim, as sociedades poderiam viver com uma ética única, na qual se baseia na racionalização e que estão presentes nas sociedades modernas; as sociedades que vivem baseadas em uma ética dupla, sendo o caso brasileiro, permeiam as sociedades tradicionais ⁴⁶.

Deste modo, a sociedade brasileira regula a dinâmica de sua vida social pela ética dupla que possuem dois domínios aparentemente antagônicos: no domínio moderno encontramos o ideal de igualdade, direitos dos cidadãos, individualismo e leis impessoais e universais; no domínio tradicional, encontramos a ética da hierarquia baseada nas relações

⁴⁴ Ibidem, pg. 53.

⁴⁵ Ibidem, pg. 28-29.

⁴⁶ Ibidem, idem.

pessoais, privilégios familiares, conexões sociais e paternalismo ⁴⁷. A sociedade brasileira, portanto, não pauta a sua vida social por leis universais e impessoais, mas pela lógica de troca de favores, laços pessoais que interferem em todas as esferas, não apenas a econômica.

“A coexistência desses dois domínios gerou um sistema que funciona por meios de compensação e uma lógica de reciprocidade que, ao invés de coloca-los em oposição, são como dois lados da mesma moeda. Assim, o *dilema brasileiro* pode ser entendido como uma tensão entre relações pessoais que garantem um mundo relacionado e feito de gradações; e leis universais que exigem o justo oposto, pois conferem uma igualdade teórica para todos e demandam a liquidação dos privilégios pessoais e da família” (DaMatta, 1982. pg. 36).

O dilema brasileiro é visto como parte inerente da cultura brasileira e no futebol, não deixa de ser diferente. Seu domínio é, na essência de suas regras, permeado por uma ética moderna e democrática, pois apresenta oportunidades iguais para todos e as vitórias são baseadas em méritos, uma ideologia que se assemelha com os ideais da doutrina do capitalismo liberal, já que todos possuem as mesmas oportunidades e o sucesso está ao alcance de todos. Se o cotidiano brasileiro se configura como um “jogo de cartas marcadas” as competições esportivas amenizam as injustiças apresentando-se como justas e democráticas. Assim, o futebol seria um contraponto à vida desigual ⁴⁸.

Porém, não é o que ocorre. A crise do futebol brasileiro é explicada pelo modelo tradicional de organização, os grandes clubes iniciam uma peleia contra as federações e a CBD, exigindo o controle da administração de modo mais “racional” e “moderno”, compreendido como a introdução de uma racionalização, ou seja, comercialização, profissionalização dos dirigentes e estratégias de marketing. A noção de modernidade é entendida como uma organização mais bem estruturada: poucos times, regulamentos padronizados, um calendário bem planejado, retenção dos craques e, por consequência, alta média de público ⁴⁹.

Os clubes se organizavam para ter um campeonato mais racional, até que em 1971 definem a competição a nível nacional, contudo ainda as críticas persistiram. Na voz da revista Placar, clubes e agentes ligados aos clubes revelam seu descontentamento com o modelo proposto, mas não escondem que pretendem melhorá-lo. No entanto, o que ocorre é

⁴⁷ Ibidem, idem.

⁴⁸ Ibidem, idem.

⁴⁹ Ibidem, idem.

uma disputa de interesses entre clubes, federações que tinham interesse em continuar com os estaduais e manter uma rede de interesses políticos ligados a oligarquias regionais e a centralidade do poder militar. Este impasse era estampado na Placar de 12 de fevereiro de 1971.

“O campeonato nacional de clubes – Divisão Extra – não passará de um Robertão um pouco diferente da sua forma de disputa. Isto não contribuirá em nada para modificar as arcaicas estruturas do futebol brasileiro, que segundo a própria CBD continuará a viver preso aos campeonatos regionais: “Entendemos que a competição no período em apreço atende aos interesses das Federações filiadas, porque julgamos que o Campeonato Nacional não deve contribuir de forma alguma para prejudicar, aniquilar ou diminuir o interesse dos Campeonatos Estaduais” (Revista Placar, 12 de fev. 1971. pg, 02).

CAPÍTULO II – TENSÕES E CONSTITUIÇÃO DO CAMPEONATO NACIONAL 40 anos do Campeonato Brasileiro de Futebol e sua abrangência como campeonato nacional: participação da mídia e do Estado.

2.1 O Campeonato Nacional e o governo militar

As exigências por um campeonato mais racional continuavam, no entanto, a estrutura da esfera esportiva estava diretamente ligada ao Estado e a CBD que por sua vez possuía uma cadeia de interesses com as Federações locais que impedia a estruturação de acordo com as vontades dos grandes clubes. O regime militar, ao exemplo da CBD, também utilizava o campeonato para reforçar sua rede de interesses e ampliar o campo político e de atuação, agradando oligarquias regionais que muitas vezes estavam ligadas a pequenos clubes de futebol. Henri Aidar, advogado e na época presidente do São Paulo, em entrevista à revista Placar, dá sugestões de melhorias e critica o Decreto-Lei 3.199.

“[...] é preciso modificar a legislação esportiva. Tudo evolui, mas no esporte ainda vivemos sob a legislação de 1943, o Decreto-Lei 3.199. Novas leis, novos direitos e novas obrigações seriam o começo da evolução.” (Revista Placar, 12 fev. 1971. pg, 40).

O primeiro campeonato, de 1971, contava com uma fórmula semelhante ao do Robertão e não havia muitas modificações. Tanto a CBD quanto o governo militar necessitavam sustentar sua rede de interesses espalhada por todo o Brasil e como o futebol, para os dirigentes, era um trampolim político no cenário nacional ele acabava sofria das intervenções estatais e das vontades de cartolas das federações. Os campeonatos estaduais eram longos e atrapalhavam os times a se prepararem para o nacional. Nos anos 70, as regras dos campeonatos regionais e nacionais eram mudadas de ano para ano ⁵⁰.

Após a década de 70, entretanto, a estrutura vigente do futebol brasileiro tornou-se nitidamente inoperante, “principalmente diante da modernização administrativa do futebol europeu e da diferença de salários pagos aos jogadores no exterior” ⁵¹. A crise do futebol brasileiro era evidenciada por diversos fatores e um dos mais gritantes era a dificuldade em manter os jogadores em seus times e a disparidade com o futebol europeu. O paradigma da crise do futebol brasileiro era apresentado pela imprensa que enfatizava essas questões como também a desorganização administrativa e a fragilidade econômica dos clubes ⁵². Os campeonatos deficitários eram vistos como o resultado do predomínio da mentalidade amadora dos dirigentes e da política de troca de favores entre clubes e federações. Além do que, a interferência política e os benefícios em favor de alguns times explicitavam o desarranjo da organização.

“De uma forma geral, os dirigentes de clubes acusavam a legislação esportiva como sendo responsável pela crise, pois ela não permitia aos clubes o poder de organizar os campeonatos” ⁵³, justamente por ela não dar autonomia aos clubes os campeonatos realizados eram deficitários e muitas vezes previsíveis. Deste modo, a mídia e os dirigentes apontam a estrutura feudal do futebol brasileiro e a ponte eleitoral que ele se constituía. Incentivar a competitividade e a profissionalização em todos os setores era a maior esperança para fugir da crise, que para muitos clubes não era só financeira, mas que gerava uma organização injusta privilegiando poucos times. Para tanto, a imprensa juntamente com dirigentes dos maiores clubes do Brasil brandiam por melhores condições de disputa e uma organização profissional. A proposta apresentada por eles, veiculada na Revista Placar de 16 de outubro de 1970 – o periódico foi um dos grandes contribuintes para a realização do campeonato nacional

⁵⁰ Ibidem, idem.

⁵¹ Ibidem, pg. 57.

⁵² Ibidem, pg. 58.

⁵³ Ibidem, pg. 61.

realizando matérias e propondo mudanças – demonstra claramente a intenção de racionalizar o campeonato:

“Todo o sistema seria profissionalizado, terminando assim a carreira de cartola e a velha imagem de que o ‘cargo é sempre um sacrifício’. As federações ficariam restritas à parte administrativa (marcar jogos, designar locais, escalar funcionários, receber súmulas, encaminhar contratos e arquivar a história do futebol). Todo o pessoal será pago e trabalhará em cargos que não permitam transformá-los em fontes eleitorais .

Os tribunais de justiça também serão mudados. Serão admitidos juízes esportivos, remunerados.

Na arbitragem: os departamentos serão autônomos, de modo a não sofrerem qualquer tipo de pressão ou indução. Os juízes serão selecionados em cursos técnicos, com prioridade para estudantes universitários.” (Revista Placar, 16 out. 1970, pg. 36).

A situação se agrava em 1975, o Congresso Brasileiro aprova o Decreto-Lei 6.251 que, entre outras medidas, institucionalizava o voto unitário nas federações e confederações. Essa lei gerou um sistema de voto que deu às ligas do interior o poder de controlar as federações, o que impedia os clubes tidos como grandes de organizar o calendário de futebol e os regulamentos dos campeonatos em que eles eram a “atração” principal. Com o advento do voto unitário, as federações e a CBD organizaram campeonatos com diversos clubes “sem expressão” no cenário futebolístico do país ⁵⁴.

O que o regime militar buscava com esse sistema era a necessidade de buscar mais votos no período de transição: colocada pelos militares como “lenta, gradual e segura”. Dentro desse regime, a existência de partidos políticos fazia parte do simulacro democrático da ditadura. Tinham como pressuposto dar um caráter menos ditatorial e manter um apoio social para que não precisassem recorrer à força em todo o período, como ocorreu em outros países da América Latina ⁵⁵. “No Brasil, o regime procurava estabelecer uma legalidade imposta de acordo com as circunstâncias do momento, baseado em uma tradição normativista” ⁵⁶.

Junto a essa perspectiva democrática que o regime militar procurava estabelecer coexistia o discurso de integração nacional. A criação do Campeonato Nacional, em 1971,

⁵⁴ Ibidem, pg. 53.

⁵⁵ SANTOS, Daniel de Araújo. Urnas nos gramados: as eleições e o Campeonato Brasileiro durante a Ditadura Civil – Militar. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, 2011. pg. 02.

⁵⁶ SOARES, Samuel Alves. Controle e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974 – 1999). São Paulo: Editora Unesp, 2006.

obedecia a essa lógica. “Quando da sua criação, ele possuía 20 clubes, sendo quatro do Nordeste, treze do Sudeste e três do Sul, excluindo totalmente as regiões Centro – Oeste e Norte do evento futebolístico. É evidente que a força político-econômica do Sudeste se reflete na qualidade de seus clubes de futebol e, desta forma, as desigualdades regionais também podem ser contrastadas nos esportes”⁵⁷. Apesar de que a proposta inicial apresenta pela Revista Placar falava em “um Campeonato Nacional com a participação de vinte clubes, incluindo Amazonas, Ceará e outros Estados até agora ignorados”⁵⁸, num país com dimensões continentais, como o Brasil, um campeonato com vinte clubes deixou muitos insatisfeitos, dentre estes, importantes políticos ligados à ARENA – partido ligado ao regime militar. As críticas ao campeonato foram inúmeras, principalmente por parte dos que não participaram⁵⁹. Fica evidente, então, que organizar um campeonato competitivo sob a égide de uma governança autoritária que conta com uma rede de interesses muito ampla para se sustentar seria mais um problema.

Já era esperado alguns ajustes para o ano seguinte, apesar de alguns terem ocorrido durante a primeira edição: O regulamento inicial previa uma fase classificatória mais curta, com jogos apenas dentro de cada grupo, e com duas vagas reservadas para os clubes com a melhor média de renda. As muitas denúncias de compra de ingressos pelos clubes, e uma revolta dos jogadores do Flamengo, que deveriam perder o jogo contra o Santos para poderem se classificar, fez com que a CBD recuasse e modificasse o regulamento, estendendo a fase inicial e eliminando a classificação por renda. No ano seguinte, em 1972, além da alteração da fórmula de disputa, seis novos clubes foram convidados a disputar, contando com a inclusão da região Norte, com a presença de uma vaga para o Pará e outra para o Amazonas⁶⁰.

Os anos seguintes foram regidos por essa mesma lógica: ampliação das vagas para sustentar os interesses do regime e por conveniência política dos cartolas da CBD. Em 1973, o número de participantes chega a quarenta. Em 1978, o campeonato organizado chega ao número de 74 clubes no total e em 1979 atinge o estrondoso número de 94 clubes, estas duas últimas edições congregavam times de todos os estados brasileiros⁶¹. A média de público cai drasticamente neste período. Durante a primeira década do campeonato, e já na primeira edição, a competitividade foi evidentemente proporcionada, já que cinco clubes fora do eixo

⁵⁷ SANTOS, Daniel de Araújo, *Op. Cit.* pg, 04.

⁵⁸ Revista Placar, 16 out. 1970. *Vai Mudar Todo o Nosso Futebol.* pg, 34 – 36.

⁵⁹ SANTOS, Daniel de Araújo, *Op. Cit.* pg, 04.

⁶⁰ *Ibidem*, *idem*.

⁶¹ HELAL, Ronaldo. *Op. Cit.* pg, 53.

norteador do futebol brasileiro conseguiram atingir o título (1971: Atlético – MG; 1975-76-79: Internacional – RS; 1980: Grêmio – RS)⁶².

Foi justamente durante esse período que uma frase tornou-se conhecida no cenário nacional: “Onde a Arena vai mal, mais um time no Nacional”. Isso porque o crescimento do número de participantes do Campeonato coincidia com o desgaste político do regime instaurado em 1964. O voto unitário dificultava a esperança de que os clubes grandes tivessem autonomia e conseguissem organizar um campeonato competitivo e racional, podendo gerar lucros a eles, que se encontravam numa situação financeira instável. Este panorama foi o ápice da crise, com campeonatos desse porte, não era possível lucrar e os torcedores deixavam de frequentar os estádios, esta época foi a que se constatou a menor média de público do campeonato brasileiro⁶³.

Como já dito, neste período o cerne da gestão pública ainda se encontrava na centralização do poder pelo Estado. Foram inúmeras as intervenções em relação à construção de estádios de futebol e benefícios aos clubes, quanto à legislação esportiva e do futebol, o Governo Federal editou três Decretos-Leis: Decreto-Lei nº 6.251 de 1975; Decreto-Lei nº 6.354 de 2 de setembro de 1976, conhecido como Lei do Passe; Decreto-Lei nº 80.228 de 1977⁶⁴.

A lei promulgada em 1975, como já vimos, instaurava o voto unitário nas federações o que fez aumentar o poder dos clubes “menores”, e desorganizando ainda mais a estrutura já precária do futebol nacional. A Lei nº 6.354, foi basicamente o avanço da profissionalização do futebol brasileiro; esta legislação vigente, basicamente regulamentava as relações de trabalho do atleta profissional de futebol com o clube. “Deixava o atleta vinculado à Instituição enquanto esta tivesse interesse. O profissional não podia escolher livremente seu empregador, como podemos verificar nos seguintes artigos”⁶⁵:

“Art. 1º Considera-se empregador a associação esportiva que, mediante qualquer modalidade de remuneração, se utilize dos serviços de atletas profissionais de futebol, na forma definida nesta Lei;

Art. 2º Considera-se empregado, para os efeitos desta Lei, o atleta que praticar o futebol, sob a subordinação de empregador, como tal definido no artigo 1º mediante remuneração e contrato, na forma do artigo seguinte;

⁶² Informação retirada do site oficial da CBF: www.cbf.com.br

⁶³ HELAL, Ronaldo. Op. Cit. pg, 55.

⁶⁴ MEZZADRI, Fernando; PRESTES, Saulo Esteves; CAPRARO, André Mendes; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; MARCHI JÚNIO, Wanderley. As Interfaces do Estado Brasileiro no Futebol e o Estatuto de Defesa do Torcedor. UFPR.

⁶⁵ Ibidem, idem.

Art. 3º O contrato de trabalho de atleta, celebrado por escrito, deverá conter (...)” (Decreto-Lei nº 6.354, de 02 de setembro de 1976).

O Governo Militar demonstrou uma direta intervenção do poder público por meio da aprovação da Lei do Passe, Lei nº 6.324. Esta ação resultou na mudança do eixo central da profissionalização do jogador para o clube. Partindo de uma lógica autoritária, delegou aos clubes de Futebol a responsabilidade para administrar a vida profissional do jogador, o que fez com que o passe não pertencesse ao jogador, mas ao clube ⁶⁶. O que se viu, foi uma maior submissão do atleta ao clube, os contratos eram baseados na valorização do time em que o jogador estava vinculado. O Decreto-Lei nº 80.228 de 1977 foi, basicamente, o Decreto regulamentador da Lei do Passe.

O que se viu nos primeiros anos do tão aguardado Campeonato Nacional foi um caos no que tange as regras da competição. Como afirma Helal, “nos anos 70, as regras dos campeonatos nacionais e regionais eram mudadas e ano para ano (...). Desde 1971, no entanto, os campeonatos têm sido organizados de várias maneiras, frequentemente com diversas fases levando à final, descaracterizando a mensagem meritória subjacente a este universo” ⁶⁷. Contudo, a época sob a égide do governo militar não contou só com aspectos ligados à crise, algumas mudanças foram favoráveis aos clubes, no sentido financeiro. Helal relata em sua obra que em 1977, a publicidade foi introduzida ao redor dos campos de futebol e o dinheiro gerado era dividido entre os estádios e as federações. Nesta época, foi visto uma revolução na transmissão do esporte, ele entrou na época da televisão, no entanto, eram exibidos alguns vídeo-tapes das partidas mais “importantes”, mas os clubes não recebiam nada por isso ⁶⁸.

Além do mais, o Campeonato Nacional, com a CBD ligada diretamente ao regime através das instituições estatais e principalmente da CND, perdia o aspecto competitivo e evidenciava seu caráter político. Mas diminuir a autonomia do campo esportivo a simples dominação política governamental coloca o futebol como mera ferramenta política, porém, apesar de toda estrutura de controle que havia, visando obter resultados que interessariam ser explorados politicamente, o jogo preservou a sua autonomia ⁶⁹. Portanto, reduzir os resultados do futebol a mandos políticos não se torna possível:

⁶⁶ Ibidem, idem.

⁶⁷ HELAL, Ronaldo. Op. Cit. pg, 54.

⁶⁸ Ibidem, idem.

⁶⁹ RIBEIRO, Luiz Carlos. Brasil: Futebol e Identidade Nacional. Departamento de História – UFPR. Artigo publicado em www.efdeportes.com e acessado em 22/05/2012.

“Como toda configuração, o jogo de futebol está contido de um “equilíbrio flutuante das tensões”, o que lhe dá um grau de autonomia ou aquilo que N. Elias denominou como um “caráter cego, *não planejado*” da configuração. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o regime militar procurou impor uma estrutura social, a indeterminação do jogo não permitiu o controle. O Regime político interfere, manipula, explora ao máximo a estrutura corrupta e centralizadora do futebol, mas não lhe determina.” (RIBEIRO, 2002).

Portanto, o que se destaca nesse período é que apesar de relativa autonomia do jogo, o regime militar procurou utilizar a estrutura corrupta e conservadora do futebol brasileiro como forma de troca política, lembrando mais uma vez o que DaMatta coloca como “dilema brasileiro” e a questão das *éticas duplas*: a estrutura do futebol brasileiro foi marcada por trocas e favores pessoais e a profissionalização ficou em segundo plano, muitas vezes, em forma de discurso.

2.2 A Criação da CBF

Chegando ao fim da década de 1970, pouco se viu de transformações positivas no âmbito estrutural, as competições ainda estavam defasadas, clubes à beira da falência, poucos torcedores nos estádios e a política predominava na organização dos campeonatos o que, muitas vezes, desmerecia a competição, com resultados suspeitos e jogos pouco interessantes. A busca por um Campeonato Nacional de qualidade ainda era a meta dos grandes clubes, estes queriam um campeonato mais racional que pudesse atrair renda e equiparar, pelo menos em termos, com os campeonatos europeus.

No entanto, até a transformação positiva do futebol brasileiro, em termos de formulação, organização e estruturação, deveria passar nas mãos do regime militar. A salvação, apesar de ser discutida pelos clubes, estava sendo deliberada pelo presidente João Figueiredo, através do CND, órgão criado no governo de Getúlio Vargas. Figueiredo, segundo a Revista Placar de 7 de setembro de 1979, escolheu pessoalmente Giulite Coutinho, presidente do CND na época.

“Como salvar o futebol brasileiro? A pergunta é feita ao homem escolhido pessoalmente pelo presidente João Figueiredo para encontrar a situação: Giulite Coutinho, próspero empresário no ramo do comércio

exterior, atual presidente do CND e desde já cotado para dirigir a futura Confederação Brasileira de Futebol. E ele responde:

– Não posso fugir à ética. O futebol brasileiro é responsabilidade da CBD. Além do mais, não quero ser ditatorial. Quero moralizar o esporte por etapas.

Criada por decreto em maio passado, a CBF teve 120 dias para ser implantada. “Portanto” – diz Giulite – “mês que vem a CBD estará morta e entra em cena a CBF.” (Revista Placar 7 set. 1979, pg, 24).

A moralização do esporte também era uma bandeira dos clubes, bem como a reestruturação da organização “inoperante” e “falida”. A pressão para a profissionalização dos dirigentes e a adoção do “futebol-empresa” era vista como a saída para a crise e ganhava força. Toda essa estrutura e os campeonatos deficitários tinham uma explicação: a mentalidade amadora dos dirigentes e da política de trocas de favores entre clubes e federações⁷⁰.

A criação de uma confederação exclusiva para o futebol tinha grande sucesso entre revistas e jornais, como também entre clubes e torcedores, para dar um ponta pé inicial e fugir da crise, a partir daí, seria possível fazer toda uma remodelação da máquina administrativa, ou seja, uma modernização da estrutura.

O ano de 1979 foi o ano em que a CBD passou por grandes transformações institucionais preconizadas por João Havelange, um pouco antes da sua saída da presidência. Com maior destinação de recursos financeiros para as modalidades amadoras, o estabelecimento definitivo de novas entidades esportivas especializadas começou a ser visível. Todas estas condições propiciavam para a criação de uma confederação única e exclusiva ao futebol e em assembleia geral extraordinária realizada em 24 de setembro, foi determinada a extinção das atividades da CBD e aprovado o estatuto da Confederação Brasileira de Futebol⁷¹. Mas ela foi oficialmente criada em 23 de novembro de 1979, quando foi inscrita no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas e publicado no *Diário Oficial da União*.

O contexto de criação da CBF contrastava com a política de reabertura política, denominada pelo regime como “lenta, gradual e segura”. Isto ocorria para que não fosse possível tirar o poder das mãos das elites dominantes, mas apenas transferir mecanismos de controle e dar mais dinâmica aos aspectos sociais, haja vista que as tensões sociais cresciam em demandas altíssimas. O processo de reabertura começou no governo Geisel e mantido por

⁷⁰ HELAL, Ronaldo. Op. Cit. pg, 59.

⁷¹ SARMENTO, Carlos Eduardo. A Regra do Jogo: Uma História Institucional da CBF. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. pg, 144-145.

seu sucessor, João Figueiredo, em que se viu uma organização da sociedade civil possibilitando a atuação de novos agentes, pautadas por instituições caracterizadas por princípios de Justiça e Democracia. Essa alteração no panorama político vigente se refletiria diretamente na organização política da CBF, forçando uma nova correlação de forças, que anteriormente estava nas mãos de um centro dominante da CBD, através de Heleno Nunes, primeiro presidente da CBF ⁷².

O Futuro presidente da CBF, Giulite Coutinho, que assumiu após o curto mandato de Heleno Nunes, evidencia suas propostas de estruturação de futebol, não de maneira direta:

“Venda de carnês, ingressos padronizados, televisão. Essas medidas podem ser postas em práticas no Brasil?

– Bem, elas dão certo no mundo inteiro. Eu lhe pergunto: por que não dariam certo aqui? Agora, se o senhor quer saber por que não foram postas em prática, melhor dirigir a sua pergunta à CBD.” (Revista Placar 7 set. 1979. pg. 24).

Após assumir o comando da CBF, Heleno Nunes recebeu várias críticas em relação ao seu modo de administração e a sua postura política, mas em relação à estrutura conseguiu deixar um grande legado, principalmente a aquisição da Granja Comary, em 1978. No entanto, sua postura não era condizente ao novo ambiente político que se instaurava. Já sob administração de Coutinho a CBF parte para dois grandes projetos: a implantação de um plano de *marketing* para o futebol brasileiro e a definição de um novo calendário para as competições nacionais. Procurou, também, estabelecer um padrão no calendário e nos horários de jogos que servisse para disciplinar o televisionamento das partidas ⁷³. Enfim reconheceram o interesse das redes de televisão em inserir o futebol nas suas grades de programação, intermediando um acordo entre emissoras, clubes e federações e estabelecer valores pagos e sua distribuição entre jogadores e clubes ⁷⁴.

Outra grande vitória na reestruturação do Campeonato Brasileiro foi definir um modelo que superasse o jogo de forças políticas que ampliaram o número de participantes no campeonato ⁷⁵. Após todas as reformas e uma maior organização o Flamengo sagra-se campeão brasileiro nesse mesmo ano, 1980. No entanto, as críticas em relação a falta de

⁷² Ibidem, pg 145-146.

⁷³ Ibidem, pg 146.

⁷⁴ Ibidem, idem.

⁷⁵ Para ter ideia do regulamento do campeonato de 1980 ver SARMENTO, Carlos Eduardo. A Regra do Jogo: Uma História Institucional da CBF. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

racionalidade e o benefício a certos clubes por meio de redes pessoais de interesses abalaram a administração de Coutinho.

“Apesar do esforço de Giulite Coutinho no sentido do aprimoramento institucional da CBF, havia sinais claros de uma crescente desestabilização nas relações entre federações e clubes. A Confederação havia tentado estabelecer um critério de classificação para o Campeonato Brasileiro a partir da classificação das equipes nos torneios estaduais. Em 1982, por exemplo, o Corinthians, um dos clubes de maior torcida no país, não se classificou entre os melhores times do campeonato paulista e teve que disputar a Taça de Prata do nacional. No decorrer do campeonato, no entanto, o Corinthians conseguiu se classificar para a fase final da Taça de Ouro. O episódio envolvendo o time paulista voltou a se configurar no ano seguinte, quando o Santos, que terminou o estadual em oitavo lugar, não conseguiu se classificar para a Taça de Ouro. Em vez de ingressar na disputa da segunda divisão, o time foi convidado pela presidência da Confederação, com base no retrospecto técnico do clube nas competições nacionais, para integrar a divisão principal. Esse mesmo argumento voltou a ser utilizado em 1984, dessa vez em benefício do Vasco da Gama, que teve uma performance sofrível no campeonato do Rio de Janeiro. Essas concessões voltaram a fazer pesar sobre o torneio o estigma da tolerância e da acomodação que caracterizara a fase da presidência de Heleno Nunes, levando clubes e dirigentes a manter uma complicada disputa política quanto aos rumos do Nacional.” (SARMENTO, 2006, pg. 150-151)

Mais uma vez, o “dilema brasileiro” confere a organização e estruturação do campeonato um sistema de beneficiamento aos ditos “grandes” clubes do futebol nacional. Essa cadeia de favorecimento não agradava a totalidade dos clubes, já que muitas vezes ocorriam atritos entre eles devido ao fator de competição. Neste prisma, ainda a organização do Campeonato, que já tinha Brasileiro no nome, estava marcada pela ética tradicional, tirando o caráter de equilíbrio da competição e impondo, de certa forma, uma lógica hierárquica baseada em relações políticas e pessoais. Por outro lado, muitos dos mesmos clubes que eram beneficiados cobravam mudanças para tornar o campeonato mais competitivo e conseqüentemente render mais receita a todos os envolvidos. Porém, clubes que conseguiam por mérito algum lugar de destaque na competição viam, forçadamente, serem excluídos e desapropriados do mérito em benefícios dos grandes⁷⁶.

⁷⁶ Ibidem, idem.

Mesmo com a mudança do presidente, em janeiro de 1986, o problema de critérios e regras do campeonato era repetido. Otávio Pinto Guimarães, o novo presidente, assumiu com a promessa de não permitir mudanças casuísticas nas regras do torneio. Mas a promessa, como culturalmente ocorria e como o nome já diz, era somente mais uma promessa. A CBF viu-se novamente diante de pressões para acomodações de interesses ⁷⁷.

“Por conta de um caso de doping, o Joinville recorreu à Justiça Desportiva para obter os pontos da partida que disputara com o Sergipe. Uma decisão favorável ao clube catarinense desclassificaria o Vasco da Gama da fase final do Nacional. Como a CBF custou a dar uma solução ao caso, o CND estabeleceu uma diretriz pela qual tanto o Joinville quanto o Vasco teriam direito a prosseguir na competição. Não bastando esse desrespeito ao regulamento, mais três equipes, que não se haviam classificado, foram levadas à condição de finalistas do torneio. O São Paulo se sagrou campeão dessa edição do campeonato que, por conta dos inúmeros problemas e da alteração no número de participantes, só foi concluída em fevereiro do ano seguinte.” (SARMENTO, 2006, pg, 152).

A CBF começa a perder credibilidade, o CND, ainda atuante na década de 1980, apesar da proposta de reabertura política, resolveu estabelecer regras rígidas para o campeonato de 1987. Segundo o órgão máximo de administração esportiva, o campeonato deveria contar com 24 equipes na primeira divisão, contando ainda com um sistema de ascenso e descenso. Vários fatores começam a se entrelaçar para a perda de credibilidade da CBF, a falta de confiança nos dirigentes da organização em cumprir as normas do CND aliada à pressão dos clubes por uma maior participação no rateio das verbas oriundas da comercialização dos direitos da competição, levou os grandes clubes, no mesmo ano, a fundar o Clube dos 13, com o projeto de uma organização autônoma do campeonato, sem interferência da CBF ⁷⁸. O movimento pretendia que a Confederação adotasse o modelo de campeonato proposto por ele. Através de negociações chegaram a oficialização da chamada Copa União ⁷⁹.

A Copa União marca até hoje a estrutura organizacional do futebol brasileiro e seus inúmeros problemas e disputas de interesse. O campeonato possuiu dois vencedores,

⁷⁷ Ibidem, idem.

⁷⁸ Ibidem, pg, 123.

⁷⁹ Ibidem, idem.

Flamengo e Sport Clube Recife, um reconhecido pelo Clube dos 13 e o outro reconhecido pela CBF.

“O modelo de disputa previa 16 clubes na primeira divisão do campeonato, o chamado módulo verde, com Santa Cruz, Coritiba e Goiás se unindo as 13 equipes que haviam fundado a instituição paralela. A CBF estabeleceu mais três divisões e, em uma obscura alínea do regulamento da competição, condicionou o título de campeão brasileiro à disputa de um quadrangular em que as duas equipes melhor classificadas na primeira divisão enfrentariam o campeão e o vice da segunda divisão. Como era de se prever, ao final da disputa do módulo verde, Flamengo e Internacional (campeão e vice-campeão) se recusaram a enfrentar os times vencedores do módulo amarelo. Isso gerou uma duplicidade que permaneceria irresolvida, com o Clube dos 13 atribuindo o título nacional ao Flamengo e a CBF reconhecendo o Sport Clube Recife, vencedor da segunda divisão, como legítimo campeão brasileiro de 1987.” (SARMENTO, 2006, pg. 152).

Apesar dos conflitos presentes no jogo de interesses do campo esportivo, algumas conquistas positivas para a receita dos clubes pela CBF devem ser salientadas. Em maio de 1982, o Conselho Nacional de Desportos aprova o uso de publicidade nos uniformes. Com o impulso dado pelo Clube dos 13, em 1987 iniciaram-se as transmissões ao vivo, que gerou polêmica em torno do esvaziamento dos estádios e as compensações financeiras dos contratos (hoje notamos que a renda mais importante dos clubes são as cotas televisivas, no entanto, com uma distribuição desigual o que gera um desequilíbrio entre os clubes). Sendo assim, a solução para os problemas era a comercialização total do futebol e uma maior autonomia dos clubes em gerir os campeonatos. Contudo, a CBF e os dirigentes das federações culpavam a crise econômica que o país passava pelos problemas que aconteciam no futebol; segundo a organização: “a crise existe na sociedade como um todo e afeta o universo de todas as organizações culturais do país”. Então, mais uma vez, o vilão da história é o “dilema brasileiro” que impede que os clubes tenham uma administração empresarial profissional, não podendo se proteger da crise econômica do país⁸⁰.

2.3 O Clube dos 13

⁸⁰ HELAL, Ronaldo. *Op. Cit.* pg. 63.

A revista Placar de 20 de julho de 1987 apresenta uma notícia intitulada “A Rebelião dos Grandes Clubes”. Nesta matéria o periódico explicita resumidamente os objetivos do Clube dos 13, que dentre eles se apresenta a reestruturação do Campeonato Brasileiro:

“Os presidentes de treze grandes clubes reúnem-se em São Paulo para uma tentativa de reestruturar o futebol brasileiro. São Paulo, Corinthians, Palmeiras, Santos, Flamengo, Vasco, Botafogo, Cruzeiro, Atlético Mineiro, Grêmio, Internacional e Bahia rompem com a Associação de Presidentes de Clubes de Futebol para fundar a União dos Grandes Clubes de Futebol.

O “Clube dos 13” – como já é chamada a união – elabora um documento propondo, já para 1987, a disputa de um Campeonato Brasileiro em duas categorias, com ascenso e descenso. Na atual temporada, o torneio principal contaria apenas com os treze times que participam do movimento. A União reivindica, ainda, a redução de equipes nos certames estaduais. “É um movimento rebelde, porém legítimo”, afirma Carlos Miguel Aidar, presidente do São Paulo e da nova entidade. “Pretendemos moralizar o futebol.” Já o presidente da CBF, Otávio Pinto Guimarães, diz que vai averiguar se a criação desse campeonato é ilegal ou não.” (Revista Placar, 20 jul. 1987, pg 10).

Alguns fatores precedem a formação do Clube dos 13, segundo Helal, são eles:

1. As regras do Campeonato Brasileiro de 1986 foram quebradas para favorecer um grande clube do Rio de Janeiro a entrar na segunda fase da competição;
2. A média de público do campeonato de 1986 foi a segunda menor desde 1980, com 13.423;
3. Em 1987 a CBF afirma não possuir recursos para organizar o campeonato;
4. Segundo pesquisa realizada naquele ano o interesse pelo futebol estava diminuindo.

Esse momento representava uma tensão entre códigos modernos e tradicionais, como DaMatta se refere ao “dilema brasileiro”. As reivindicações do Clube dos 13 eram a racionalização e modernização do campeonato, aumentando sua competitividade e, conseqüentemente, a renda. Ainda mais, o movimento representava interesses de uma organização mais autônoma, independente e profissional com os grandes clubes do país controlando-a ⁸¹. Entretanto a lei não permitia os clubes abandonar a CBF sem sofrer

⁸¹ Ibidem, pg, 88.

consequências, deste modo, o que pautou as discussões foram às disputas entre o legal e o legítimo, ou seja, entra a CBF e o Clube dos 13. Mesmo se não conseguissem organizar o campeonato, tinham como objetivo “sensibilizar as massas e forçar a CBF a negociar com os grandes clubes.”⁸² A Confederação, se dizia aberta para discussão, mas o grande problema é que ela não queria ferir o interesse das federações excluídas do Clube dos 13, justamente por serem importantes no processo de eleição. Portanto, os códigos tradicionais se mostravam cada vez mais nítidos na forma como a CBF organizava seus torneios⁸³.

O ambiente de reforma e transformação pode ser considerado como um reflexo da abertura política da qual o país estava passando. O regime militar havia se exaurido em 1985, ano em que o Campeonato Brasileiro teve como campeão o Coritiba. Sendo assim, “o avanço do liberalismo econômico e dos sistemas democráticos em escala global; e a consequente decadência do regime militar ditatorial no Brasil fez com que ganhasse força no país a ação do não-Estado, que nada mais é do que a capacidade de se impor limites ao Estado.”⁸⁴

Após muitas brigas, foi noticiado no dia 4 de setembro de 1987, o acordo entre CBF e o Clube dos 13. Deste modo, em setembro foi iniciada a Copa União – cujo regulamento foi descrito anteriormente. O que foi modificado neste ano em relação aos outros anos foi a forma de negociação e questões financeiras: “o Clube dos 13 teria liberdade para negociar o campeonato enquanto que a CBF conseguia manter-se no topo da estrutura do futebol brasileiro e ainda incluir mais três times na competição”⁸⁵.

Durante todo o processo de negociações o que se evidenciava era a tensão existente entre os códigos modernos e tradicionais. De um lado, a tendência para uma organização mais “profissional” e “racional”, por outro, a resistência de uma organização “amadora” e “passional”. Esta organização baseada em troca de favores e compensações sustentava o poder político da CBF e suas federações aliadas, essa estrutura se mostrava cada vez mais inapta e não conseguia dar um passo a frente para resolver os problemas que os clubes brasileiros enfrentavam. Esses clubes tencionavam por autonomia, independência e modernização, contando com a profissionalização e todos os dirigentes e a adoção de estratégias de marketing profissional. Um ponto sempre contestado e atacado pelos clubes era

⁸² Ibidem, idem.

⁸³ Ibidem, 89.

⁸⁴ MEZZADRI, Fernando Marinho. O Futebol Brasileiro e suas interfaces com a Intervenção Estatal: Autonomia e Crise.

⁸⁵ HELAL, Ronaldo. *Op. Cit.* pg, 90.

a legislação esportiva vigente, pois ela não permitia autonomia e a profissionalização administrativa ⁸⁶.

A Copa União deveria ter uma tabela preparada antecipadamente sem mudanças durante a competição, uma reivindicação antiga dos clubes, além disso, deveriam ser claras e suficientes para que todos os participantes entendessem. De modo geral, a comercialização levou a um profissionalismo nunca visto no Brasil; horários sendo cumpridos, por razão da televisão e empresas pressionando dirigentes para marcar jogos somente finais de semana. Um fato que notabilizou o amadorismo das administrações foi que quando o Clube dos 13 surgiu somente Flamengo e São Paulo haviam registrado suas marcas ⁸⁷.

A segunda maior média de público do Campeonato Brasileiro foi alcançada durante a Copa União ⁸⁸. Apesar de não atingir a meta de 40 mil torcedores por jogo, que os dirigentes aguardavam, ela superou os campeonatos realizados pela CBF. Um dos fatores que proporcionaram esse aumento se deve ao fato da ampliação da competitividade do campeonato, fator sempre desejado pelos participantes, concomitantemente com a organização e normatização das regras.

Apesar do enfraquecimento do Clube dos 13 devemos considerar algumas mudanças importantes no âmbito estrutural. Foi criado o conselho Arbitral na CBF e nas federações ⁸⁹, hoje existe uma aliança dos clubes com a televisão, contratos com empresas privadas e começou-se a discutir a legislação esportiva ⁹⁰. Para tanto, o ex-líder do Clube dos 13, Carlos Miguel Aidar, deu um testemunho avaliando o movimento:

“Nós iniciamos a profissionalização administrativa, introduzimos o marketing e criamos o Conselho Arbitral nas federações e CBF... Influenciamos também a Constituição de 1988 e agora existe o artigo 217 que dá mais autonomia aos clubes... Não salvamos o futebol brasileiro porque não alcançamos todos os objetivos propostos, nós queríamos mais do que atingimos, porém, demos passos importantes. Temos hoje um começo de profissionalização administrativa nos clubes e a discussão do Projeto Zico. O futebol ainda está em crise... Mas a crise só não é pior por causa dos Clubes dos 13. Certamente, poderíamos estar melhor se tivéssemos continuado nossa rebelião contra a CBF.”

⁸⁶ Ibidem, pg 93.

⁸⁷ Ibidem, pg 95.

⁸⁸ Ibidem, idem.

⁸⁹ Ibidem, pg 98 – O conselho Arbitral da CBF é formado por aproximadamente 32 clubes. Isto não permite que os treze “grandes” organizem os campeonatos como gostariam. Assim, o objetivo maior do Clube dos 13 – controlar e administrar o campeonato – não foi alcançado.

⁹⁰ Ibidem, idem.

2.4 Abertura política e autonomia

A Constituição Federal de 1988, fruto da redemocratização, mesmo de forma “lenta, gradual e segura” como o regime militar pretendia, gerou mudanças no âmbito organizacional e, justamente, na legislação esportiva. Ela alterou de maneira determinada e profunda a compreensão em relação ao esporte no Brasil, desta modo, o futebol, por consequência, também sofreu alterações; as relações com a sociedade e com o Estado também foram alteradas⁹¹. Isto se deve ao fato do artigo 217 da constituição:

“Art. 217 – É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais, com direito de cada um, observamos:

I. A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II. A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento; [...]” (BRASIL. Constituição Federal art. 217, 1988).

Na esfera esportiva, a promulgação da Lei, fez com que a estrutura do futebol se modificasse, logicamente não foi do dia para a noite, mas através dela espaços democráticos foram viabilizados, permitindo maior autonomia na administração das entidades esportivas (clubes, federações e confederações), bem como na participação dos jogadores de futebol⁹². Por impulso de uma lógica liberal várias alterações foram propiciadas, como a instauração do futebol-empresa pela Lei Zico, e a paulatina transformação dos torcedores em consumidores – vide o Estatuto do Torcedor. Algumas transformações forçam mudanças em características culturais tanto do futebol como do espetáculo em geral, obedecendo uma lógica de mercado. Para isso, basta analisar os objetivos do Clube dos 13 que baseiam-se, sobretudo, nas questões econômicas e de negócios, compreendendo o futebol como um grande mercado, ou seja, como um produto a ser comercializado⁹³.

Com essas e outras ações o governo tendia a influenciar e interferir cada vez menos no futebol. “Reproduzindo o modelo político, econômico e social que começava a se instalar no

⁹¹ MEZZADRI, Fernando Marinho. O Futebol Brasileiro e suas interfaces com a Intervenção Estatal: Autonomia e Crise.

⁹² Ibidem, idem.

⁹³ Ibidem, idem.

Brasil na década de 1990, com os presidentes Collor de Mello, Itamar Franco e posteriormente Fernando Henrique Cardoso”⁹⁴.

À luz da redemocratização, outro passo importante na transformação do esporte mais popular no mundo e paixão nacional, foi a regulamentação da Constituição Federal de 1988, que ocorreu em julho de 1993, por ocasião da Lei nº 8672/93, conhecida como Lei Zico. Como Mezzadri destaca, um ponto importante dessa lei foi: “A necessidade de redefinição de papéis dos diversos segmentos da sociedade e do Estado em relação ao esporte e ao futebol; mudanças jurídico-desportiva-institucionais.” (BRASIL, 1993). Esta lei fortaleceu a iniciativa privada reduzindo a interferência do Estado nas atividades futebolísticas, colocando o futebol como um espetáculo esportivo a ser comercializado no interior da sociedade, como qualquer outra mercadoria. Deste modo, a estrutura do futebol é delimitada pelo campo, no qual hoje o poder é exercido pelo consumo, pela relação entre a oferta e a demanda do produto esportivo⁹⁵. E como Bourdieu define, o esporte deve ser compreendido como um espetáculo de consumo de massa, o que vai interferir diretamente na dinâmica do futebol, justamente por interesses econômicos distintos dos agentes envolvidos.

2.5 Mesmo com autonomia a dificuldade continua

Mesmo com as revitalizações no campo político e social e as transformações no âmbito estrutural, o futebol brasileiro ainda se encontrava com problemas. A grande dificuldade encontrada era viabilizar um torneio rentável e que conseguisse comportar os principais clubes brasileiros e construir um calendário que fosse satisfatório a todos os agentes envolvidos. Em 1988, o presidente da CBF lança um documento explicitando essa condição; levantava a impossibilidade de formular um calendário que atendesse aos interesses dos clubes, federações estaduais e da própria CBF⁹⁶:

“O calendário é um problema no futebol de difícil solução. Isto porque o futebol brasileiro é totalmente atípico em todo o mundo, já que é o único que comporta, além do campeonato nacional, os campeonatos estaduais. Em todo o resto do mundo há só um campeonato por ano em cada país. [...] O ano para o futebol brasileiro demandaria 18 ou 20 meses e, efetivamente, ele só tem 12 meses. E não podemos pensar em cancelar os

⁹⁴ Ibidem, idem.

⁹⁵ Ibidem, idem.

⁹⁶ SARMENTO, Carlos Eduardo. *Op. Cit.* pg, 155.

campeonatos estaduais, pois as federações e os clubes desejam realiza-los e não pode a Confederação deixar de atender as suas filiadas.”⁹⁷

A CBF também tinha interesse na criação da Copa do Brasil, baseada em competições disputadas nos principais centros futebolísticos europeus (como a F.A. Cup inglesa), o que permitia, através de fases eliminatórias, que times da segunda e terceira divisões enfrentassem os principais clubes da divisão principal. A primeira edição foi no ano de 1989 com o Grêmio sagrando-se campeão diante do Sport⁹⁸.

No entanto, clubes e federações estaduais reclamavam da falta de um calendário e de um sistema mais equitativo do repasse de recursos. Este cenário de busca de novas alternativas propiciou que em 1989, Ricardo Teixeira, empresário e genro de João Havelange, fosse eleito presidente da CBF. Teixeira conseguiu mudanças positivas, como organização do calendário e redefinição do modelo de negociação dos contratos televisivos referentes às transmissões de partidas da Copa do Brasil⁹⁹.

Na metade da década de 1990, mais problemas relativos aos calendários foram encontrados; a pressão das federações estaduais, que ansiavam mais datas para a realização dos campeonatos interestaduais, no modelo dos torneios Rio-São Paulo e Sul-Minas. No fim do ano de 1996, muitos processos se agrupavam, estes processos reivindicavam pontos de partidas onde supostamente teriam verificado irregularidades¹⁰⁰. A CBF pretendendo implantar uma política de redução de equipes, planejada em 1994, e procurando ratificar a credibilidade das regras do torneio, ao final da disputa do Brasileiro de 1997 quatro equipes acabaram sendo rebaixadas, incluindo clubes fundadores do Clube dos 13 e ex-campeões brasileiros: Bahia e Fluminense. Este último, acabou chegando a série C do Campeonato Nacional, retornando somente no ano 2000, em que o Clube dos 13 rompeu novamente com a entidade máxima do futebol nacional e decidiu organizar um torneio nacional de clubes independente da CBF. Essa reação ocorreu devido a um processo que começou no ano de 1999, em que os clubes pressionavam por reavaliação nos critérios de rebaixamento¹⁰¹.

No ano 2000, então, foi criada a Copa João Havelange, comportando 116 equipes que se enfrentaram num sistema de disputa muito complexo. A competição sob controle da CBF

⁹⁷ APUD – Relatório de 1988 da Confederação Brasileira de Desportes *in.*: SARMENTO, Carlos Eduardo. *Op. Cit.* pg, 155.

⁹⁸ SARMENTO, Carlos Eduardo. *Op. Cit.* pg, 155.

⁹⁹ *Ibidem*, *idem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*, pg, 165.

¹⁰¹ *Ibidem*, *idem*.

retornou no ano seguinte, com critérios de rebaixamento e acesso de forma que o total de 28 equipes fossem reduzidas a 20 num total de quatro anos ¹⁰².

2.7 A Globalização afeta o futebol brasileiro

Bourdieu defende uma argumentação em que todo processo industrial moderno, a especialização, a produtividade, a profissionalização são pressupostos básicos para a manutenção do capital e o futebol não foge dessa lógica. Na luta por espaço no campo esportivo, quem tiver mais poder de oferta e maior organização sem dúvida conseguirá dominar o mercado. Deste modo, entramos mais uma vez na conceitualização de campo que Bourdieu nos apresenta, lembrando que a disputa de poder no campo esportivo, que um dia foi dominado pelo Estado, hoje é controlada pela intensa e complexa relação entre os agentes ligados à indústria do futebol: emissoras de TV; federações e Confederação Brasileira de Futebol, o Clube dos 13; empresários, entre outros ¹⁰³.

Este sistema gera uma configuração em que as leis do mercado de consumo regulam e estabelecem os principais pontos desta estrutura, apesar de que as confederações, federações e ligas estejam vinculadas às leis do Estado ¹⁰⁴. Sendo assim, a espetacularização torna-se cada vez mais presente na estrutura do futebol, encontrando no futebol um grande mercado de consumo ¹⁰⁵.

A profissionalização no interior do campo esportivo, em alguns casos, foi impulsionada pela intensa comercialização do espetáculo esportivo, como no caso do futebol; os torcedores começam a ser tratados como consumidores sendo retirados da cultura futebolística no qual ele foi criado. Podemos notar esta questão com o sancionamento do Decreto-Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, sob o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Conhecido como Estatuto do Torcedor, este Decreto-Lei estabelece normas de proteção e defesa do torcedor:

“Com o intuito de garantir direitos aos torcedores – que então passam a ser compreendidos como consumidores – espetáculo esportivo e instituir deveres para os clubes esportivos, federações estaduais e confederação nacional e ao poder público. Esses órgãos passam a ser responsáveis por garantir a segurança do torcedor, a

¹⁰² Ibidem, pg, 166.

¹⁰³ MEZZADRI, Fernando Marinho. O Futebol Brasileiro e suas interfaces com a Intervenção Estatal: Autonomia e Crise.

¹⁰⁴ Ibidem, idem.

¹⁰⁵ Ibidem, idem.

transparência do evento realizado e pela punição de responsáveis envolvidos em qualquer tipo de manifestação que deprecie e prejudique o espetáculo.” (PRESTES e MEZZADRI, 2007).

De forma geral, o Estado passa a ser mediador entre consumidor e a esfera privada. Criando leis de proteção ao consumidor/torcedor, bem como deveres que ele terá que cumprir para que o andamento do espetáculo esportivo se dê de forma plena de acordo com o entendimento do governo.

CAPÍTULO III – HEGEMONIA QUE CAUSA DESIGUALDADE

O viés financeiro e as desigualdades causadas pelas relações entre mídia e futebol.

3.1 Hegemonia que expressa desigualdade

Mas o que estas estruturas e leis de mercado interferem na competitividade do campeonato? A hegemonia do eixo Rio-São Paulo pode ser explicada através dessa relação? O que pode ocasionar essa relação entre TV e distribuição de cotas?

Marcos Alvito, em seu artigo “A Parte que lhe cabe neste Latifúndio: O Futebol Brasileiro e a Globalização”, comenta a relação mercadológica que gere o futebol atual. “A diminuição significativa do público faz com que os clubes tornem-se cada vez mais dependentes dos recursos provenientes dos direitos de transmissão para a TV, o que afeta sua independência. A gestão dos clubes e das federações de futebol continua na mão de dirigentes

amadores e oportunistas, pouco preparados e por vezes corruptos. As arbitragens, totalmente controladas pelas federações e seus dirigentes, são cada vez menos confiáveis e multiplicam-se os escândalos ligados à venda de resultados”¹⁰⁶.

São vários fatores que explicitam que a crise no futebol brasileiro ainda é vigente. Alguns clubes se adequaram ao padrão clube-empresa e tiveram relativo sucesso, mas como vencer a estrutura que privilegia e beneficia poucos? Como vencer a cadeia de relações pessoais? O caso, quase monárquico, de Ricardo Teixeira na CBF não evidencia os códigos tradicionais presentes no futebol brasileiro?

Em matéria publicada no portal Terra Esportes¹⁰⁷, é evidenciada a dependência dos clubes às cotas de TV, no caso a Rede Globo.

“O estudo também aponta que as cotas de TV ainda são a maior fonte de renda. De 2007 a 2011, por exemplo, a porcentagem na receita dos clubes passou de 22% para 36%. Na sequência vêm os patrocínios e a publicidade, que hoje também situam-se na faixa de 36%. Outras receitas, no entanto, acabaram caindo. É o caso das bilheterias. Com os principais estádios fechados para obras, elas são apenas 8% dos rendimentos. As transferências com participação dos clubes também diminuíram.” (TERRA ESPORTES, 16 de maio de 2002).

Seguindo esta lógica, a TV beneficia, é claro, os clubes que atraem mais audiência e, por consequência, mais receitas de patrocinadores e investimentos. Até aí é uma lógica de mercado aceitável, mas os números apontados geram problemas quando reparamos no histórico de tensões que envolvem os clubes brasileiros por maior competitividade e maior respeito as regras dos campeonatos. Segundo a mesma matéria, concomitantemente ao aumento das cotas de TV temos, também, o aumento das dívidas dos clubes. A agência que consolidou a pesquisa das dívidas, reportada na voz de seu presidente, relata: "Isso é algo terrível. Não é mais a Timemania que vai resolver. Os clubes têm que parar de gastar mais do

¹⁰⁶ ALVITO, Marcos. A Parte que te cabe neste latifúndio: o futebol brasileiro e a globalização. UFF – *Análise Social*, vol. XLI(179), 2006, pg. 453. O autor faz referência ao escândalo que ocorreu durante o campeonato brasileiro de 2005. Descobriu-se que um juiz havia se envolvido com uma máfia de apostadores (via internet) que lhe havia pago para fraudar o resultado de vários jogos do campeonato brasileiro. O presidente do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva, Luiz Zveiter, sem consultar ninguém, decide anular os onze jogos apitados por Edilson Pereira de Carvalho. Estes onze jogos foram disputados novamente e, como era de se esperar, os novos resultados alteraram bastante a classificação do campeonato. Acabaram por beneficiar o Corinthians, o que gerou protestos e uma atmosfera de suspeita a pairar sobre o campeonato como um todo.

¹⁰⁷ Matéria publicada no site Terra, na página de esportes; intitulada “Cotas de Televisão Dominam Receita dos Clubes Brasileiros”, publicada no dia 16 de maio de 2012, acessada em: 20/06/2012.

que arrecadam, antecipando dinheiro de TV, do banco e do patrocinador. Estão gastando mais do que podem". Esse quadro gera uma dependência ainda maior das cotas de TV.

No entanto, passaram-se 40 anos do início do Campeonato Nacional, em 1971. Pouco se modificou na estrutura geral desde então. Os clubes do eixo Rio-São Paulo mantêm a hegemonia e detêm 74% dos títulos. A explicação pode passar por aspectos históricos e de caráter econômico, cultural e social, mas analisando as lutas e tensões por maior competitividade a situação não se modificou. Fica notável que a situação se tornou mais desigual, mesmo com o aumento das cotas televisivas. Privilegiando times que possuem um maior número de torcedores, como Flamengo e Corinthians que em 2011 recebiam uma cota de R\$ 41,6 milhões e R\$ 40,5 milhões respectivamente; já no outro extremo da tabela Clubes como Coritiba, Atlético-PR, Sport, Portuguesa, Guarani, Goiás e Vitória recebiam R\$ 15 milhões de reais cada um¹⁰⁸.

Esta divisão de cotas e a distorção gerada por ela faz parte das leis de mercado determinadas pelo campo esportivo, como Bourdieu menciona. Neste campo, quem detém hegemonia tende a concentrar todas as condições para continuar a detê-la. A Televisão, com um propósito econômico e, além do mais, impulsionada por investidores e patrocinadores, também tende a manter a estrutura que lhe dá mais renda, ou então a manter como está sem alterá-la para não ter risco de perdas financeiras.

Porém, entendendo o futebol como uma paixão de alcance nacional e que está presente em várias esferas da sociedade manter esta relação gera uma segregação que divide clubes “grandes” de “pequenos” sem que aumente a competitividade, o que é pretendido desde o início do campeonato. Todavia, o que se vê é uma perpetuação dos códigos tradicionais remodelados para uma lógica racional, gerando uma máquina que envolve agentes para manter a estrutura e seus devidos benefícios numa relação pessoal baseada em hierarquias tirando o ideário do esporte do mérito.

3.2 A mídia e a cobertura dos títulos dos clubes do Paraná

Os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, historicamente são os dois polos culturais e possuem um histórico de disputas regionais, econômicas e sociais. Ao passar dos anos, políticas de unidade nacional, criação de uma imprensa que alcançasse todo o Brasil e, atualmente, democratização de todas esferas sociais visando uma ampla participação das

¹⁰⁸ Dados retirados do site www.globoesporte.com da coluna *Olhar Crônico Esportivo* de Emerson Gonçalves, matéria: Superclubes: O Brasil pode vir a ter um?

regiões e setores da sociedade nas questões de importância nacional foram discutidas. Contudo, o que se vê em muitos aspectos da sociedade brasileira é um predomínio do eixo Rio-São Paulo, como por exemplo, no futebol.

A mídia nacional, muitas vezes, contribui para que essa estrutura permaneça, desmerecendo os méritos das conquistas de clubes fora do eixo. Como essas publicações visam o viés mercadológico, adotando um público amplo, ou seja, a indústria de massa, elas buscavam satisfazer desejos e necessidades de seus consumidores/leitores. Contudo, estas necessidades tinham outras intenções; com a injeção de capitais externos, anúncios publicitários e transformação do futebol como uma indústria de consumo, as necessidades dos consumidores/leitores muitas vezes são cunhadas, como a idolatria por ídolos e craques, clubes gigantescos e hegemônicos¹⁰⁹, entre outras coisas:

“Seguindo Fredric Jameson, podemos afirmar que a lógica de funcionamento do capitalismo contemporâneo é cultural, seria impossível manter o sistema em pleno funcionamento, sem a ‘produção’ de necessidades, sem tornar o supérfluo indispensável. Caso contrário o capitalismo experimentaria uma crise de superprodução sem precedentes. Por isso é fundamental operar a mágica transformação de produtos de luxo em itens de ‘primeira necessidade’ estimulando a lógica consumista que mantém o sistema em funcionamento. Para fazê-lo, a publicidade tem que apelar para o inconsciente, para o irracional, em suma, para a emoção. Neste ponto, temos que relembrar a clássica tese de Norbert Elias, segundo a qual o esporte representaria a ‘busca da excitação’ em uma sociedade em que a necessidade de uma internalização do controle das emoções torna-se cada vez maior.” (ALVITO, 2006, pg 454).

Outra questão que dá um aspecto de disparidade é o alcance entre a mídia nacional e mídia local, parece um tanto óbvio, no entanto, a mídia de alcance nacional está situada muitas vezes no eixo Rio-SP, sendo impulsionada por agentes ligados ao futebol e que não conseguem controlar sentimentos e opiniões, sem controla-los comentários desiguais afetam a imagem de clubes que lutam para fugir da estrutura previsível do futebol brasileiro, como os clubes paranaenses.

O Clube Atlético Paranaense no trajeto ao título nacional em 2001 tinha um plantel muito bem qualificado e conseguiu projeções nunca antes vista pelos seus torcedores, no entanto, a mídia do eixo desqualificou sua campanha, bem como sua equipe e jogadores. Este

¹⁰⁹ MARCZAL, Ernesto Sobocinski. O Caneco é Nosso: Futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970. pg. 82-90: Sobre a criação da Revista Placar e a Indústria Cultural.

caso repercutiu negativamente entre os torcedores do clube, que em certo grau, utilizou-a como fonte de forças para ganhar o título contra o clube do interior de São Paulo, também inferiorizado pela mídia, São Caetano. Em uma coluna no site do Jornal Folha de S. Paulo, de 10 de dezembro de 2001, intitulada “Finais do Brasileiro devem ter o menor Público da História”:

“Nunca a decisão do Campeonato Brasileiro foi tão pequena. O Nacional já viu em 1978 um time do interior paulista, o Guarani, ser campeão diante de 27.086 pessoas, já teve em 1985 uma decisão inesperada entre Bangu e Coritiba, já acompanhou uma decisão em 1991 com o humilde Bragantino e apenas 12.492 pessoas no acanhado estádio Marcelo Stéfani, mas nada como agora.” (Folha de S. Paulo, 10 dez. 2001).

Sem mesmo ter acontecido os jogos decisivos, a matéria já diminuía os clubes envolvidos, mesmo depois de toda trajetória, eliminando clubes tidos como “grandes”. Porém, continuando o desmerecimento da final e, conseqüentemente, o título. Desconsideraram os dois planteis, considerando que apenas jogadores que passaram pela seleção tem qualidade técnica, ou então, somente quando a Globo demonstra interesse o jogo passa a ser competitivo.

“Mas a final não é pequena só pelo público, cujo desinteresse em quase todo o país assusta a Globo, emissora que exhibe a competição e que priorizou jogos de Corinthians e Flamengo aos domingos. Os elencos dos dois times são modestos. Dos 61 jogadores que entraram em campo pela seleção nas eliminatórias, apenas 1 é finalista deste Nacional: Alessandro, lateral-direito esforçado do time paranaense que ganhou chance quando Cafu teve problemas de contusão e suspensão.” (Folha de S. Paulo, 10 dez. 2001).

Em artigo apresentando no VI Encontro de Produção Científica e Tecnológica (VI EPCT), com o título de “É Campeão?!” A Trajetória do Coritiba na Conquista do Campeonato Brasileiro de 1985 Segundo a Revista Placar”, o autor Daniel Vinícius Ferreira, descreve como o periódico de circulação e alcance nacional, Placar, encara a conquista do título brasileiro pela equipe do Coritiba no ano de 1985. No artigo é oferecido uma descrição “imagética” do Coritiba Foot Ball Club em relação aos outros clubes do Brasil, bem como os

êxitos da equipe ao desenrolar da competição e como se deu a “inserção social” e a natureza histórica das representações oferecidas pelo veículo ¹¹⁰.

A Placar coloca o Coritiba como um time pequeno e que acreditaria na ajuda do transcendental para conquistar o título.

“A FÉ NO CONJUNTO. Dino Sani, o técnico, sabe que não tem grandes craques. Mas acredita na força da solidariedade. Com uma equipe apenas modesta, cuja maior qualidade é o conjunto adquirido já no último campeonato brasileiro, quando terminou em sexto lugar, o Coritiba, entretanto, sonha alto em 1985: fala até em título. Muita pretensão? Para o técnico Dino Sani, 52 anos, não. “Hoje, todos são iguais no futebol brasileiro. Para vencer basta que os jogadores peguem firme” simplifica ele. De fato, é na experiência de Dino, contratado ao final do ano passado, que o Coritiba mais se apóia – juntamente com a confiança nas macumbas do seu supervisor Hélio Alves, exatamente por isso conhecido por ‘feiticeiro’ [...] Quanto a Tóbi, ele tem um plano específico: mostrar serviço para ser vendido a algum grande clube e ficar então mais próximo da Seleção Brasileira.” (Revista Placar, 1987, pg20).

Como padrão da revista até os dias atuais, os times de menos destaque sempre são inferiorizados, em contrapartida, os clubes que ela considera favoritos – sempre os mesmos – têm destaque especial e todos considerados cotados ao título: Fluminense; São Paulo, Corinthians, Atlético Mineiro; Palmeiras; Flamengo; Internacional.

O que acontece na análise da Placar é que ela destaca os clubes tradicionais como favoritos e o título seria decidido entre eles, considera ainda a equipe Coxa-branca “fraca”, sem recursos financeiros e sem muitas chances de conquistar o campeonato ¹¹¹. Ela manteve a narrativa ao longo de toda trajetória da equipe paranaense, deixava explícito o desmerecimento ao regulamento do campeonato. Ao passo que a equipe vai evoluindo e conquista a classificação para a próxima etapa, o discurso passa a ser pautado no sentido da “sorte” da equipe e na ajuda de um “regulamento esdrúxulo”, por meio desse regulamento outros times que detinham o “bom futebol” foram desclassificados

“No último minuto do jogo, o ponta direita Lela, que foi parar no Coritiba depois de jogar no Fluminense, fez 2 x 1 no Santos e classificou o time do Paraná na vaga que poderia ter sido do tricolor carioca. Poderia, pois

¹¹⁰ FERREIRA, Daniel Vinicius; RIBEIRO, Luiz Carlos. “É Campeão?!”: A Trajetória do Coritiba na Conquista do Campeonato Brasileiro de 1985 segundo a Revista Placar.

¹¹¹ Ibidem, idem.

o esdrúxulo e intrincado regulamento a Taça de Ouro não respeita a vontade dos deuses e nem mesmo os méritos esportivos de cada equipe [...]. É só ver a lista dos que estão saindo: Fluminense (o campeão brasileiro, com direito adquirido de disputar a Libertadores da América e, portanto, o mundial interclubes), Grêmio (campeão brasileiro de 1982, e mundial de 1983), e mais o São Paulo do futebol alegre, jovem e ofensivo demoradamente aplaudido pela torcida no dia em que foi desclassificado, e outros grandes, de futebol momentaneamente curto, mas de permanente apelo junto aos torcedores.” (Revista Placar, 1985, pg. 4-6).

O Coritiba, mesmo jogando com equipes grandes e conseguindo passar com méritos, ainda é considerado pela revista como Zebra e o campeonato é tido como “absurdo” e “fraco tecnicamente”. Sendo assim, só através de “muita determinação” da equipe coritibana é que a classificação foi conquistada ¹¹².

Ao fim do campeonato a Placar ainda considera o elenco do Coritiba “fraco” que conta com a ajuda de um “mal regulamento” e da “sorte”. Para ela, o time paranaense não possuiu “craques” e o “estilo de jogo” é “baseado no conjunto de pouco brilho e muita determinação”. Já o Bangu, era relatado como um time que apresentava um futebol malandro e crioulo, no estilo de jogo brasileiro.

“BANGU, MODÉSTIA À PARTE. Com um futebol crioulo, malandro, solto, solidário e aguerrido, o time de Castor de Andrade chega ao ponto mais alto em sua vida. Um título já ganhou: campeão da simpatia [...]. E a prova estava ali, com o Bangu mostrando, a partir do gol, um futebol malandro, solto, aguerrido e solidário.” (Revista Placar, 1985, pg. 10)

O autor ainda faz uma análise sobre a inserção social e histórica da revista. Ela é “provavelmente a revista que tenha mais força e mais disponha de prestígio sobre um público leitor nacional sobre futebol”. Para isso, é necessário “entender de que forma esta mídia se insere socialmente e como ela pode contribuir para uma visão nacional sobre o campeonato de 1985”. A revista pertence ao Grupo Abril, “um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina, com um amplo leque de publicações, destinado a todos os setores, inclusive livros escolares, deste modo, fornece informação, cultura, educação e

¹¹² Ibidem, idem.

entretenimento para praticamente todos os segmentos de público e atua de forma integrada em várias mídias”¹¹³.

Ela nada mais é do que um veículo de *mass mídia*, que pretende expor seus protudos ao maior número de pessoas possíveis. Continuando, as representações que a Revista Placar estabelece, partem da ideia de Helal: “um fenômeno de massa não consegue se sustentar por muito tempo sem a presença de ‘heróis, ‘estrelas’ e ‘ídolos’. São eles que levam as pessoas a se identificarem com aquele evento”¹¹⁴. Além do mais, em relação a construção do “estilo brasileiro” de jogo, em que a figura do “camisa 10” é símbolo de habilidade e espontaneidade. Sendo assim, a equipe do Coritiba não possuía o estilo brasileiro, era uma equipe esforçada, sendo que o adjetivo “esforçado” tem uma conotação negativa, praticamente um “vilão” que não representa o estilo brasileiro de jogar, ao passo que as equipes gaúchas, historicamente tem a característica do conjunto e se contrapõem a forma de jogo brasileira, mas não há uma conotação negativa para elas¹¹⁵.

Contudo, é necessário reconhecer que o capital simbólico para se compor como “craque” requer a possibilidade de ser convertido em capital econômico pela mídia. Então, os “craques” são construídos a partir de “condicionantes do mercado e do apelo junto ao público da revista, evidenciando-se portanto e mais uma vez que os discursos provenientes de Placar são sobretudo reflexos de um fenômeno de massa”¹¹⁶. Sendo que o sucesso é atribuído ao dom e talento, não a competência, da mesma forma, um clube para merecer a alcunha e a predestinação de “campeão”, é necessário ser “grande”¹¹⁷. Evidenciando que o desempenho de um clube no campeonato brasileiro não depende apenas da qualidade técnica do elenco, mas também por fatores econômicos e políticos¹¹⁸.

Por fim, o Coritiba sagrou-se campeão no momento de “redemocratização”. Um período que demonstra uma correlação de forças. O Brasil, em discurso oficial, passa de um regime autoritário para um regime democrático, no entanto:

[...]o que ocorreu, é que o regime que se instaurou aqui foi um “capitalismo democrático”, sem funcionamento efetivo de fato; ao considerar que a democracia implica na existência de cidadãos em condições de autonomia não só política, mas também social e econômica; implica uma questão estrutural e sobretudo cultural.”(BÒRON, 1995, pg, 63-118).

¹¹³ Ibidem, idem.

¹¹⁴ Ibidem, idem.

¹¹⁵ Ibidem, pg, 10-11.

¹¹⁶ Ibidem, pg, 12.

¹¹⁷ Ibidem, idem.

¹¹⁸ ARAÚJO, Jr.; SHIKIDA, CD; MONASTEIRO, LM. Abrindo a “caixinha de surpresas”: uma análise econométrica do futebol brasileiro. Revista econômica, Belo Horizonte, 2005.

Deste modo, evidenciado o tratamento da mídia nacional em relação aos títulos dos clubes paranaenses demonstra-se que o regime democrático brasileiro, principalmente no campo esportivo, é marcado por um capitalismo democrático que ressalta as desigualdades, em todas as escalas e sobrepõem regiões às outras, para garantir certos privilégios e manter hegemonia; para isto é necessário aliar fatores de ordem econômica, cultural, política e social. É o que ocorre atualmente e desestabiliza o campo esportivo, no caso, o futebol, tido como a paixão nacional. Portanto, Ianni nos mostra que símbolos e discursos como o da Placar de 1985 ou então da Folha de S. Paulo de 2001 são características de um sistema mais abrangente de cultura, pautado nas relações de mercado ¹¹⁹:

“Em boa medida, a mundialização cultural, principalmente no que se refere à cultura de massa, é grandemente realizada e orquestrada pela mídia impressa e eletrônica. Ela se organiza numa indústria cultural, inclusive como setor produtivo altamente lucrativo, de alcance mundial [...]. Combinada com o marketing global, com o qual convive e confunde-se muitas vezes, difunde e reitera continuamente padrões e valores prevalecentes nos centros dominantes, irradiados desde as cidades globais, tecendo mercadoria e ideologia, corações e mentes, nostalgias e utopias.”(IANNI, 1997, pg 145).

Por fim, podemos ainda definir que “a forma como os recursos dos contratos de transmissão do campeonato brasileiro são administrados no Brasil tem acentuado as disparidades regionais, contrariando um princípio fundamental do Estado brasileiro: reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, CF, 1988)” ¹²⁰.

¹¹⁹ FERREIRA, Daniel Vinicius; RIBEIRO, Luiz Carlos. *Op. Cit.* pg, 13.

¹²⁰ LEITE JÚNIOR, Emanuel Ferreira. As cotas de televisão do campeonato brasileiro e o “apartheid futebolístico”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de discutir a distribuição das cotas televisivas no Brasil, devemos atentar para o caso da Espanha. O país é conhecido por ser um grande centro futebolístico mundial, quando se fala em futebol espanhol logo vem as nossas cabeças dois times que figuram entre os mais famosos do mundo: Barcelona e Real Madrid. No entanto, o restante dos clubes espanhóis encontram-se em queda livre e não possuem poder competitivo algum. Real Madrid e Barcelona hoje possuem 34% do total pago pela TV, o restante é dividido entre 40 clubes da primeira e segunda divisões espanholas, ou seja, 66% divididos por 40 clubes ¹²¹.

Assim, clubes que eram grandes tornam-se médios e os que antes eram considerados médios ficam pequenos e sem poder de competição. As partidas não se tornam atrativas e os dois clubes se revezam na disputa do título. No caso brasileiro, que a mídia especializada sempre relata os grandes problemas, a queda do público e a falta de receita dos clubes. Não estamos tendo uma reação positiva, mas sim mantendo a estrutura para beneficiar poucos, ou seja, o problema cultural que Roberto DaMatta relatou há anos atrás ainda permanece; o “dilema brasileiro”, aprofundando ainda mais a crise do futebol e nos aproximando do caso espanhol. Estabelecendo uma distribuição de renda desigual e gerando condições externas de beneficiamento aos chamados “clubes grandes”, diminuem-se as probabilidades de ascensão clubística e nivelamento técnico dos campeonatos. As equipes cada vez mais recorrem às categorias de base, que se tiverem algum sucesso são desmontadas para recompor os clubes que possuem maior renda, no caso, do eixo Rio-São Paulo, do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, ou vão diretamente para clubes europeus.

No Brasil, um país de extensão continental é inconcebível ter um campeonato em que as mesmas figuras são tidas como favoritas, tendo a mídia um papel essencial no processo e no sistema mercadológico que influencia o campo esportivo. Hoje, equipes tradicionais começam a ser tratadas como “pequenas”. No Campeonato Brasileiro, desde 2004 o título se

¹²¹ Dados retirados do site www.globoesporte.com da coluna *Olhar Crônico Esportivo* de Emerson Gonçalves, matéria: “Os Top 20 de 2010”.

revezas entre Rio e São Paulo, parece que nosso campeonato só evidencia as desigualdades e os dirigentes não sentem a mínima necessidade de remodelar o sistema de distribuição de cotas. Analisando campeonatos mais competitivos e que proporcionam renda aos envolvidos.

Nas três maiores ligas da Europa (em faturamento), Inglaterra, Itália e Alemanha, existem critérios mais equânimes e democráticos. Na Inglaterra, a *Premier League*, terceira maior liga de esportes no mundo e maior liga de futebol, por exemplo, o dinheiro é dividido em três partes:

- 1- 50% são divididos igualmente entre todos os clubes;
- 2- 25% baseados na classificação final da temporada anterior, ou seja, premia o mérito desportivo;
- 3- 25% variáveis de acordo com o número de partidas transmitidas pela TV.

Esses valores são referentes aos direitos domésticos, pois os valores dos direitos internacionais são divididos entre os 20 clubes que participam da competição (na última temporada foram mais de 3 bilhões de telespectadores espalhados por cerca de 203 países. (LEITE JÚNIOR, 2008).

Como a mídia e a transmissão dos campeonatos também angariam torcedores, vale a pena conferir como se dá a distribuição de transmissão dos campeonatos estaduais pelo Brasil, sempre lembrando, um país de proporções continentais, que até mesmo o Campeonato Nacional não consegue suprir a demanda das regiões apresenta uma forma de transmissão dos campeonatos estaduais que por si, privilegia, novamente, os clubes do Rio de Janeiro e São Paulo:

“Os campeonatos estaduais começam neste fim de semana e você vai acompanhar os principais jogos na tela da Globo. Dez torneios – Gaúcho, Catarinense, Paranaense, Paulista, Carioca, Mineiro, Goiano, Pernambucano, Cearense e Baiano – serão transmitidos para todo o Brasil, sendo que cada região assistirá àqueles que mais tenham afinidade com o local.

Os dez estaduais serão mostrados para seus respectivos estados. Os dois principais – Paulista e Carioca – também terão transmissão para lugares próximos e que tenham torcedores dos respectivos clubes. O Campeonato Paulista, por exemplo, passará para São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Já o Carioca vai para o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Distrito Federal, Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá.

As novidades em relação ao ano passado são o retorno do Campeonato Baiano à grade e a exibição das principais partidas do Campeonato Matogrossense para o MT.

No total, o futebol estadual da Globo atingirá mais de 180 milhões de telespectadores no país inteiro.”(GLOBOESPORTE.COM, 13 de janeiro de 2011).

A estrutura econômica acaba impedindo que clubes de menor expressão consigam acesso ou, pelo menos, expressão nacional e o “dilema brasileiro” agrava a crise, desestrutura os campeonatos e calendários. As cotas de TV geram uma disparidade até mesmo entre os grandes; a mídia está interessada no capital econômico, transformando o símbolo nacional numa simples máquina de se fazer dinheiro e, por vezes, tendenciosa; os campeonatos mesmo com toda a campanha pela moralização ainda têm situações duvidosas, o que será do futebol brasileiro? Teremos uma relação futebolística pautada da bipolaridade entre dois eixos por mais quanto tempo? Ou as novas distribuições de receitas ligadas à televisão transformará essa bipolaridade regional em uma bipolaridade clubística? Seria necessária a intervenção do Estado novamente para se repensar a distribuição das cotas de TV, haja vista o alcance social que o futebol desenvolveu?

Uma coisa é certa, o futebol brasileiro é um dos mais competitivos do mundo, mas caminha para uma desestruturação da competitividade. Devemos repensar a forma de organização; não que seja simplesmente pautada por questões de “grandeza”, mas sim de mérito esportivo, fazendo valer as relações democráticas para além de um conjunto de leis, para todas as esferas da sociedade. O futebol é uma delas, em que se entrelaça com os campos políticos e econômicos, mas vai além, é uma confluência de sentimentos que une milhões de indivíduos.

FONTES

Revistas *PLACAR MAGAZINE*;

Coluna “*Olhar Crônico Esportivo*” retirada do site www.globoesporte.com;

Matéria: “*Globo vai Mostrar 10 Estaduais este ano. Confira o seu!*” de 13 de janeiro de 2011 retirada do site www.globoesporte.com;

Matéria: “*Finais do Brasileiro devem ter o menor público da história.*” de 10/12/2011 do site: www.folha.uol.com.br;

Matéria publicada no site Terra, na página de esportes; intitulada “Cotas de Televisão Dominam Receita dos Clubes Brasileiros”, publicada no dia 16 de maio de 2012, acessada em: 20/06/2012.

Site oficial da CBF: www.cbf.com.br;

_____. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases da organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro: Senado, 1941. Disponível em: www6.senado.gov.br/sicon;

_____. Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Brasília: Senado, 1975. Disponível em: www6.senado.gov.br/sicon;

_____. Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1976. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6354.htm;

_____. Decreto-Lei nº 80.228, de 25 de agosto de 1977. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Brasília: Senado, 1977. Disponível em: www6.senado.gov.br/sicon;

_____. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico). Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília: Senado, 1993. Disponível em: www6.senado.gov.br/sicon;

_____. Lei Federal nº 10.671, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINO, Gilberto. Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional. – Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ALMEIDA, Alda de e MICELLI, Márcio. Rádio e futebol: gritos de gol de Norte a Sul.

ALVITO, Marcos. A Parte que te cabe neste latifúndio: o futebol brasileiro e a globalização. UFF – *Análise Social*, vol. XLI(179), 2006.

ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. Com o Brasileiro não há quem possa: Futebol e Identidade Nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CARDOSO, Tom & ROCKMANN, Roberto. O Marechal de Vitória: Uma História de Rádio, TV e Futebol. São Paulo: A Girafa, 2005.

FERREIRA, Daniel Vinicius; RIBEIRO, Luiz Carlos. “É Campeão?!”: A Trajetória do Coritiba na Conquista do Campeonato Brasileiro de 1985 segundo a Revista Placar.

FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo de. No Meio do Caminho: tensões presentes nas representações sobre o futebol e o ideal de modernidade brasileira na década de 1950. Tese de Doutorado, UFPR, 2009.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre, EDPUCRS, 1977.

HELAL, Ronaldo. Passes e Impasses: Futebol e Cultura de Massa no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo, Perspectiva;

JÚNIOR, Hilário Franco. A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEITE JÚNIOR, Emanuel Ferreira. As cotas de televisão do campeonato brasileiro e o “apartheid futebolístico”.

LEVINE, Robert M. Pai dos Pobres? Brasil na Era Vargas. Companhia das Letras, 2001.

MARCZAL, Ernesto Sobocinski. O Caneco é Nosso: Futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970.

MEZZADRI, Fernando Marinho. O Futebol Brasileiro e suas interfaces com a Intervenção Estatal: Autonomia e Crise.

MEZZADRI, Fernando; PRESTES, Saulo Esteves; CAPRARO, André Mendes; CAVICHOLLI, Fernando Renato; MARCHI JÚNIO, Wanderley. As Interfaces do Estado Brasileiro no Futebol e o Estatuto de Defesa do Torcedor. UFPR.

PRESTES, Saulo Esteves de Camargo, MEZZADRI, Fernando Marinho. Futebol Brasileiro e suas Interfaces com a Intervenção Estatal: Autonomia e Crise. Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade – UFPR.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Brasil: Futebol e Identidade Nacional. Departamento de História – UFPR. Artigo publicado em www.efdeportes.com.

SARMENTO, Carlos Eduardo. A Regra do Jogo: Uma História Institucional da CBF. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SANTOS, Daniel de Araújo. Urnas nos gramados: as eleições e o Campeonato Brasileiro durante a Ditadura Civil – Militar. CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, 2011.

SOARES, Samuel Alves. Controle e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974 – 1999). São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SOARES, Edileuza. A Bola no Ar. Rio de Janeiro, Summus, 1994.